

PREGÃO ELETRÔNICO

90019/2025

CONTRATANTE (UASG)

CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM SALVADOR (782802)

OBJETO

Pregão Eletrônico para Registro de Preços visando a aquisição de materiais permanentes, para o Comando do 2º Distrito Naval, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas no Termo de Referência nº 73/2025, do Com2ºDN.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 12.404.154,33 (Doze milhões, quatrocentos e quatro mil, cento e cinquenta e quatro reais e trinta e três centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 06/02/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	4
4. <i>DO ORÇAMENTO ESTIMADO</i>	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	6
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
8. DA FASE DE JULGAMENTO.....	14
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	18
10. DO TERMO DE CONTRATO.....	20
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	21
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	22
13. DOS RECURSOS.....	22
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	23
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	25
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	26

MARINHA DO BRASIL

CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM SALVADOR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2025

(Processo Administrativo nº 62027.004506/2025-11)

Torna-se público que o CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM SALVADOR, por meio da Divisão de Obtenção, sediado na Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº, São Tomé de Paripe – Salvador – BA, endereço eletrônico: ceimsa.licitacao@marinha.mil.br, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de materiais permanentes para o Comando do Comando do 2º Distrito Naval, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 66 (sessenta e seis) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. *Para os itens 14, 16, 17, 18, 29, 30, 31, 35, 36, 38, 39, 46, 51 a 56, 60, 63, 64, 65 e 66, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

3.7. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.8. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.9.4 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.9.5 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.9.6 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.9.7 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.9.8 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.9.9 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.11.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou Erro: Origem da referência não encontrada sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 *valor unitário e total do item;*

6.1.2 *marca;*

6.1.3 *fabricante;*

6.1.4 *Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de aquisições, conforme especificadas no subitem 1.1 do Termo de Referência.*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.11.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.20.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1 *empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;*

7.21.2 empresas brasileiras;

7.21.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1 conter vícios insanáveis;

8.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.6.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.8.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de

29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou assinado digitalmente em observância ao contido na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas , para:

9.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado através de Nota de Empenho.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinatura da Nota de Empenho, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Nota de Empenho, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. *O Aceite da Nota de Empenho, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

10.4.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.4.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

10.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura da *Nota de Empenho* será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

- 13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://licitacoescontratos.marinha.mil.br/>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;
 - 14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 14.1.6 fraudar a licitação;
 - 14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar; e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de

responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: ceimsa.secom@marinha.mil.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Centro de Intendência da Marinha em Salvador, situado na Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº, Bairro São Tomé de Paripe – CEP 40800-310 – Salvador-BA, Divisão de Obtenção.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente,

no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.marinha.mil.br/com2dn/aviso-de-licita-o>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.12. ANEXO I - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

16.13. ANEXO II – Termo de Referência;

16.13.1.1. Apêndice I do Anexo II – Estudo Técnico Preliminar;

16.13.1.2. *Apêndice II do Anexo II – Endereço das OMAp;*

16.13.2 *ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços;*

16.13.3 *ANEXO IV Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços;*

16.13.4 *ANEXO V – Declaração de Sustentabilidade Ambiental; e*

16.13.5 *ANEXO VI – Justificativa de Cumprimento da Reserva de Cargos Destinados às Pessoas com Deficiência (PCD).*

Salvador-BA, na data da assinatura.

FABRÍCIO NEVES COSENDEY

Capitão de Mar e Guerra (IM)

Ordenador de Despesas

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização, via e-mail, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Salvador, Seção Judiciária da Bahia para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

COMANDO DO 2.DISTRITO NAVAL/BA

Termo de Referência 73/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
73/2025	782000-COMANDO DO 2.DISTRITO NAVAL /BA	ANGELICA ANDRIANE MARTINS DOS SANTOS	08/01/2026 16:00 (v 3.4)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		62027.004506/2025-11

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Material Permanente, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Liquidificador Industrial, Material Base: Alumínio, Material Copo: Aço Inoxidável, Altura: 1.240 MM, Capacidade: 25 L, Largura: 450 MM, Profundidade: 580 MM, Tensão Nominal: 110/220 V, Material Hélice: Aço Inoxidável, Potência Motor: 1,5 CV.	255880	UN	33	R\$ 2.708,43	R\$ 89.378,19
2	Refresqueira, Consumo: 0,37 KW/H, Aplicação: Servi Bebidas Frias, Capacidade: 100 L, Tipo: 1 Depósito, Material Estrutura: Aço Inoxidável, Tensão: 230 V.	356886	UN	29	R\$ 4.849,67	R\$ 140.640,43
3	Cadeira Refeitório. Acabamento Superficial: Pintura A Pó Eletrostática, Altura: 85, Características Adicionais: Fixa, Sem Braços, Comprimento: 49, Cor: Cinza Prata, Estrutura: Tubo De	394727	UN	656	R\$ 293,73	R\$ 192.686,88

	Aço, Largura: 44, Material: Aço Carbono, Assento Em Resina Plástica e Tratamento Antiferrugem.					
4	Mesa refeitório. Acabamento bordas: pvc, altura: 0,74, características adicionais: bordas arredondadas e sapatas reguláveis, comprimento: 1,20, cor: branca, espessura: 30, largura: 0,80, material estrutura: aço carbono, material tampo: mdf, revestimento tampo: laminado melamínico resistente a água.	608447	UN	122	R\$ 808,05	R\$ 98.582,10
5	Mesa Refeitório Altura: 75 CM, Acabamento Bordas: Abs Comprimento: 1,20 M, Espessura: 25 MM, Largura: 80 CM, Características Adicionais: Sapatas Reguláveis, Assentos Giratórios E Com Encosto, Material Estrutura: Aço Carbono. Material Tampo: Mdf Revestimento Tampo: Laminado Melamínico, Acabamento Superficial Estrutura: Pintura Eletrostática A Pó.	479831	UN	108	R\$ 1.558,66	R\$ 168.335,28
6	Sanducheira, Material: Aço Inoxidável, Consumo: 1,6 KW/H, Cor: Prata, Características Adicionais: Aquecimento Por Resistências, Potência: 3.250 W, Amperagem: 29,5 A, Tensão: 110/220 V.	302917	UN	76	R\$ 2.251,62	R\$ 171.123,12
7	Processador Alimentos, Material Corpo: Aço Inoxidável, Material Tampa: Aço Inoxidável, Material Externo: Aço Inoxidável, Quantidade Disco: 7 UN, Função Disco: Ralador /Fatiador E Desfiador, Cor: Cinza, Potência: 1/2 CV, Tensão: 110/220 V, Peso: 35 KG.	274604	UN	27	R\$ 4.764,95	R\$128.653,65
8	Balcão Térmico, Material: Mdf E Granito, Componentes: Banho Maria E Placa Fria, Altura: 157 CM, Quantidade Recipiente: 14 UN, Tipo Recipientes: Com Alças Móveis E Tampa, Comprimento: 330 CM, Largura: 110 CM, Características Adicionais: Vitrine Protetora De Saliva E Iluminada De Led .	446195	UN	29	R\$ 8.515,42	R\$246.947,18
	Bebedouro Água, Material Corpo: Aço Inoxidável, Capacidade Água: 50 L, Tipo: Industrial, Características					

9	Adicionais: 2 Torneiras Geladas, Material Gabinete: Aço Inoxidável, Voltagem: 110 V.	355418	UN	54	R\$ 2.445,85	R\$ 132.075,90
10	Máquina Fabricar Gelo, Tipo Gelo: Cubo, Capacidade Depósito: 50 KG, Material Gabinete: Aço Inoxidável.	330964	UN	29	R\$ 6.089,33	R\$ 176.590,57
11	Máquina Fatiadora, Material: Aço Inoxidável, Aplicação: Processamento Carnes, Frequência: 60 Ciclos E 580 Giros Lâmina/Minuto, Diâmetro: 370 MM, Alimentação: 110/220 V, Potência: 5 HP, Material Lâmina: Aço Alemão, Tipo Motor: Monofásico.	230201	UN	22	R\$ 13.239,79	R\$ 291.275,38
12	Moedor De Carne Industrial, Material Corpo: Aço Inoxidável, Capacidade Moagem: 300 KG/H, Características Adicionais: 220 Volts, Boca 22, Material Bandeja: Aço Inoxidável, Potência Motor: 1,25 HP.	451437	UN	18	R\$ 4.809,49	R\$ 86.570,82
13	Cafeteira Elétrica, Material: Aço Inoxidável, Aplicação: Industrial, Capacidade: 20 L, Características Adicionais: 10 Litros Para Cada Reservatório, S/ Esterilizador, Potência: 3.000 W, Voltagem: 220 V.	243191	UN	42	R\$ 3.175,56	R\$ 133.373,52
14	Forno Microondas, Capacidade: 30 L, Cor: Branca, Características Adicionais: Com Prato Giratório, Voltagem: 220 V.	354973	UN	86	R\$ 799,00	R\$ 68.714,00
15	Refresqueira, Aplicação: Servi Bebidas Frias. Capacidade: 30 L. Material Depósito: Acrílico. Tipo: 2 Depósitos, Potência: 240 W, Material Estrutura: Aço Inoxidável, Tensão: 110 / 220 V.	284196	UN	35	R\$ 2.776,71	R\$ 97.184,85
16	Chapa Assadeira/Fritadeira, Material: Aço Inoxidável, Material Tacho: Aço Inoxidável, Altura: 90 CM, Capacidade: 30 L, Comprimento: 88 CM, Funcionamento: Gás,. Largura: 45 CM, Características Adicionais: Registro Escoamento Água/Óleo, Voltagem: 220 V.	445202	UN	26	R\$ 1.369,28	R\$ 35.601,28
	Aparelho Purificador De Água, Capacidade Refrigeração: 1,5 L/H,					

17	Capacidade: 2 L, Tipo: Tripla Filtragem, Características Adicionais: Água Gelada E Água Natural, Tipo Fixação: Parede, Voltagem: 110/220 V, Acessórios: Kit Instalação, Suporte, Pingadeira Removível.	463093	UN	77	R\$ 719,69	R\$ 55.416,13
18	Descascador Batata, Material: Aço Inoxidável, Capacidade: 10 KG, Potência: 1/2 HP, Voltagem: 110/220 V.	376259	UN	15	R\$ 3.721,11	R\$ 55.816,65
19	Batedeira Industrial, Material Corpo: Aço Capacidade: 20 L, Quantidade Velocidade: 6, Potência Motor: 1 CV, Características Adicionais: Planetária, C/ Regulador De Velocidade, Tensão Alimentação: 220 V, Acessórios: 3 Batedores Tipo Espiral, Raquete E Globo .	445664	UN	17	R\$ 7.034,55	R\$ 119.587,35
20	Televisor, Características Adicionais: Entradas Hdmi, Usb, Bluetooth, Wifi, Tamanho Tela: 43 POL, Tipo Tela: Led, Voltagem: Bivolt V, Acessórios: Controle Remoto.	601705	UN	77	R\$ 2.267,16	R\$ 174.571,32
21	Televisor, Tamanho Tela: 55 POL, Voltagem: Bivolt V, Características Adicionais: Entradas Hdmi, Usb, Bluetooth, Wifi, Tipo Tela: Led, Acessórios: Controle Remoto.	601702	UN	71	R\$ 3.125,58	R\$ 221.916,18
22	Colchão. Tipo: Espuma Material: Espuma Poliuretano Densidade: D-45 Tecido De Revestimento: Sintético Poliéster Tamanho Largura X Comprimento: 0,88 X 1,88 M Tamanho Altura: 0,18 M Características Adicionais: Tecido Antialérgico/Antiacaro, Bordado Matelasse D	485165	UN	766	R\$ 607,05	R\$ 465.000,30
23	Cadeira Digitador, Tipo Rodízio: Duplo, Cor: Preta, Material Revestimento: Tecido 100% Poliéster, Material Estrutura: Aço, Material Encosto: Espuma Injetada, Material Assento: Espuma Injetada, Tratamento Superficial Estrutura: Anti-Ferruginoso E Pintura Eletrostática Epoxi-Pó, Tipo Base: Giratória, Tipo Encosto: Médio, Apoio Braço: Braço Em Forma De "T".	412130	UN	342	R\$ 655,70	R\$ 224.249,40

24	Fragmentadora Papel, Material: Metal /Plástico, Capacidade Fragmentação: 15 FL, Tensão Motor: Bivolt V, Abertura: 230 MM, Capacidade Lixeira: 25 L, Potência: 370 W, Tipo: Automática, Características Adicionais: Papeis, Grampos, Cartão, Cd, Nível Ruído: 65 DB.	486823	UN	73	R\$ 1.843,91	R\$ 134.605,43
25	Caldeirão, Material: Aço Inoxidável Aisi 304 18.8, Capacidade: 500 L, Características Adicionais: Gás/Vapor, Tampa Americana, Válvula Segurança, Formato: Cilíndrico.	402447	UN	11	R\$ 25.581,06	R\$ 281.391,66
26	Cama Conjugada, Material:Madeira, Quantidade Leitos: 2 Un, Acabamento Superficial:Envernizado, Comprimento:102Cm, Largura: 205Cm, Cor: Madeira Natural, Características Adicionais:Com Escada Lateral E Grade De Proteção, Altura:168 Cm, Tipo:Beliche	486186	UN	258	R\$ 1.224,28	R\$ 315.864,24
27	Sofá, estrutura em aço, estofamento em espuma, revestimento em facto, cor a ser definida, com braços e 3 assentos.	601159	UN	48	R\$ 1.693,67	R\$ 81.296,16
28	Sofá, estrutura em madeira, estofamento em espuma, revestimento em facto, cor a ser definida, com braços e 2 assentos.	481045	UN	71	R\$ 1.644,33	R\$ 116.747,43
29	Cadeira em polipropileno, sem braço, estrutura de tubo aço na cor preta.	483274	UN	162	R\$ 212,67	R\$ 34.452,54
30	Conjunto Lixeira Coleta Seletiva\, Material:Polietileno Alta Densidade\, Quantidade Lixeiras:4 Un\, Capacidade:50 L\, Cor:Azul\, Vermelha\, Verde E Amarela\, Características Adicionais:Tampa Capacete E Suporte Metálico\, Tratamento Superficial:U.V	409684	UN	122	R\$ 627,77	R\$ 76.587,94
31	Coletor Lixo Material: Polietileno Alta Densidade Capacidade: 120 L Cor: Azul Tratamento Superficial: Anti-Raios Ultravioleta Impressão: Sem Símbolo Diâmetro Roda: 200 MM Componentes: Com Tampa	483309	UN	166	R\$ 298,33	R\$ 49.522,78

32	Armário extra alto para escritório; 2 (duas) portas; 4 (quatro) prateleiras reguláveis; medindo 80x50x210cm; tampo em MDP de 25mm; laterais, fundo, portas, base e prateleiras em MDP de 18mm; alças puxadoras; cor: ovo/ bege a ser definida.	458659	UN	69	R\$ 1.425,36	R\$ 98.349,84
33	Armário baixo para escritório; 2 (duas) portas; 1 (uma) prateleira; medindo 80x50x74cm; tampo em MDP de 25mm; laterais, fundo, portas, base e prateleiras em MDP de 18mm; alças puxadoras; cor: ovo/bege a ser definida.	372953	UN	92	R\$ 916,11	R\$ 84.282,12
34	Mesa em “L” para escritório; medindo 140/140x60x74cm; tampo em MDP de 25mm; painéis de 15mm; pés em aço na cor preta; cor: ovo/bege a ser definida.	376750	UN	145	R\$ 884,28	R\$ 128.220,60
35	Mesa em “L” para escritório; medindo 160/160x60x74cm; tampo em MDP de 25mm; painéis de 15mm; pés em aço na cor preta; cor: ovo/bege a ser definida.	329681	UN	85	R\$ 929,15	R\$ 78.977,75
36	Gaveteiro volante para escritório; contendo 2 (duas) gavetas e 1 (um) gavetão; medindo 37x45x63cm; tampo em MDP de 18mm; laterais, fundo, portas, base e prateleiras em MDP de 15mm; alças puxadoras; cor: ovo/bege a ser definida.	603898	UN	137	R\$ 531,46	R\$ 72.810,02
37	Armário guarda-roupas extra alto; material MDP; 1 (uma) porta com fechadura a chave e alça puxadora; contendo uma prateleira superior, cabideiro em barra de aço, 2 (duas) gavetas internas com alças puxadoras e nicho na parte inferior; medidas aproximadas: altura 2,10 m x largura 0,55m x profundidade 0,50m. Cor: cinza.	464238	UN	226	R\$ 975,00	R\$ 220.350,00
38	Mesa redonda. Material Estrutura: Madeira Material Tampo: Madeira Mdf Cor: A ser definida, Altura: 75 CM Espessura Tampo: 25 MM Formato: Redonda Revestimento: Laminado Melamínico Quantidade	607623	UN	78	R\$ 923,33	R\$ 72.019,74

	Pés: 1 UN Diâmetro Tampo: 1,20 M Formato Tampo: Redondo Padrão Acabamento: Padrão Madeirado					
39	Cadeira Fixa, Material Assento: Compensado Multilaminado, Material Encosto: Compensado Multilaminado, Material Estrutura: Madeira Maciça, Material Revestimento Assento E Encosto: Tecido, Densidade Espuma Assento E Encosto: D-33, Tipo Base: Fixo, Tipo Encosto: Fixo, Tipo Pé: 4 Pés, Altura: 85 CM, Largura: 51 CM, Profundidade: 57 CM. Cor a ser definida.	607743	UN	161	R\$ 485,50	R\$ 78.165,50
40	Ar Condicionado SPLIT HI-WALL de 12.000 (BTU/H): Controle remoto; Selo de eficiência energética “A”; Alimentação 220V; Com serpentina de cobre; Garantia mínima de 12 (doze) meses; e Assistência Técnica autorizada pelo fabricante na cidade de Salvador-BA.	618525	UN	185	R\$ 3.178,35	R\$ 587.994,75
41	Ar Condicionado SPLIT HI-WALL de 18.000 (BTU/H): Controle remoto; Selo de eficiência energética “A”; Alimentação 220V; Com serpentina de cobre; Garantia mínima de 12 (doze) meses; e Assistência Técnica autorizada pelo fabricante na cidade de Salvador-BA.	618527	UN	151	R\$ 4.048,62	R\$ 611.341,62
42	Ar Condicionado SPLIT HI-WALL de 24.000 (BTU/H): Controle remoto; Selo de eficiência energética “A”; Alimentação 220V; Com serpentina de cobre; Garantia mínima de 12 (doze) meses; e Assistência Técnica autorizada pelo fabricante na cidade de Salvador-BA.	605381	UN	95	R\$ 5.071,35	R\$ 481.778,25
43	Ar Condicionado de SPLIT – PISO TETO de 30.000 (BTU/H): Controle remoto; Selo de eficiência energética “A”; Alimentação 220V; Com serpentina de cobre; Garantia mínima de 12 (doze) meses; e Assistência Técnica autorizada pelo fabricante na cidade de Salvador-BA.	618526	UN	93	R\$ 6.230,00	R\$ 579.390,00
	Ar Condicionado de SPLIT – PISO TETO de 60.000 (BTU/H): Controle remoto; Selo de eficiência energética					

44	“A”; Alimentação 220V; Com serpentina de cobre; Garantia mínima de 12 (doze) meses; e Assistência Técnica autorizada pelo fabricante na cidade de Salvador-BA.	612298	UN	48	R\$ 11.077,46	R\$ 531.718,08
45	Soprador\, Tipo:Portátil\, Acionamento:Gasolina\, Potência:3.0 Hp\, Volume Ar:18 M3/Min\, Aplicação:Remoção De Folhas De Árvores\, Características Adicionais: Motor 2 Tempos\, Velocidade:12.000 Rpm.	449910	UN	41	R\$ 2.707,33	R\$ 111.000,53
46	Roçadeira Manual\, Tipo Motor: Gasolina\, Potência Motor:1\,4 Kw\, Peso Aproximado:7\,40 Kg\, Características Adicionais:Motor 2 Tempos\, Cilindrada 29\,8/Tanque 0\, 58 Litro\, Tipo:Costal	319299	UN	64	R\$ 813,62	R\$ 52.071,68
47	Lavadora alta pressão\, pressão:2.500 lb\, tensão:110/220 v\, potência consumida:1\,8 kw\, características adicionais:aplicador de shampoo\, sistema stop total\, tipo:lava-jato\, modelo:profissional\, acessórios: pistola bico turbo\, controle jato água\, mangueira	439370	UN	67	R\$ 1.756,58	R\$ 117.690,86
48	Cadeira Escritório, Material Estrutura: Aço, Material Revestimento Assento E Encosto:Tecido, Material Encosto: Polipropileno Injetado, Material Assento:Polipropileno Injetado, Tratamento Superficial Estrutura: Pintura Eletrostática, Tipo Base: Giratória Com 5 Rodízios Duplos, Tipo Encosto:Espaldar Alto, Apoio Braço:Com Regulagem De Altura E Largura, Tipo Sistema Regulagem Vertical:A Gás, Características Adicionais:Encosto De Cabeça E Suporte Lombar, Cor Estrutura: A Ser Definida, Quantidade Pés:5 Un, Dimensões Assento:480 X 510 Mm	331411	UN	226	R\$ 1.252,67	R\$ 283.103,42
49	Projetor Multimídia, Potência Lâmpada:210 W, Voltagem:110/220 V, Quantidade Entrada Rgb:2 Un, Quantidade Entradas Vídeo:1 Un, Tipo Zoom:Digital, Tipo:Portátil, Luminosidade Mínima:3.600 Lm, Tipo Projeção:Frontal, Tipo Tecnologia: Lcd, Resolução:1024 X 768, Tipo Controle:Remoto, Sem Fio	469920	UN	40	R\$ 2.344,17	R\$ 93.766,80

50	Câmera Videoconferência, Resolução: 1080 X 1920, Tipo Lente:Foco Automático X, Velocidade Transmissão Vídeo:60 Fps, Características Adicionais:Webcam Usb Com Microfone Embutido	479217	UN	248	R\$ 472,00	R\$ 117.056,00
51	Microfone Sem Fio Duplo, USB C, Tipo: De Lapela Alimentação: Elétrico com fio Resposta Frequência: 150 Hz A 15 Khz, Características Adicionais: Sem Fio, Frequência Uhf Ajustável, Tipo Receptor, Aplicação: Ideal para Gravações Vídeo Podcasts Entrevistas com Transmissão de Áudio Nítida e Estável	290169	UN	48	R\$ 487,33	R\$ 23.391,84
52	Microfone, Tipo:De Mesa, Resposta Frequência:60 Hz - 17 Khz, Características Adicionais:Conector Usb, Plug And Play, Aplicação: Videoconferência, Padrão: Omnidirecional, Acessórios:Cabo De No Mínimo 1,5m	480211	UN	54	R\$ 307,98	R\$ 16.630,92
53	Caixa Som, Potência: No Mínimo 5 W, Cor:Preta, Características Adicionais: Deve Ter Conexão Usb Para Computador	258050	UN	110	R\$ 315,55	R\$ 34.710,50
54	Estante Rack, Padrão:19" X 12u X 570 Mm, Estrutura:Aço, Portas:Laterais E Traseiras Removíveis, Porta Frontal: Com Chave E Visor Em Acrílico, Cor: Preta	349849	UN	39	R\$ 576,32	R\$ 22.476,48
55	Caneta-indicador, material:aço, tipo indicador:laser, aplicação:apresentador de slides com laser pointer, características adicionais:sem fio, alcance 15 metros, interface usb, estojo	447661	UN	78	R\$ 49,97	R\$ 3.897,66
56	Termohigrômetro, tipo:digital, dimensões máximas 100 x 150 x 150 mm, faixa temperatura mínima:-10 a 60 °c, aplicação: monitoramento temperatura, umidade e de tensão ac e dc, características adicionais: comando remoto de ligar e desligar relé, conexão ethernet, com protocolo snmp v2 e integração com zabbix	601368	UN	66	R\$ 824,83	R\$ 54.438,78

57	Ar condicionado portátil do tipo rack, capacidade frigorífica mínima: 1000w, voltagem:220 v, tamanho máximo: 1000 x 500 x 400 mm	269279	UN	25	R\$ 10.226,77	R\$ 255.669,25
58	Aparelho telefônico convencional do tipo ip com duas entradas ethernet, função:teclas mode/mute/viva voz /volume/configurações/histórico e navegação, nível campanha: no mínimo 5 níveis, cor:cinza, características adicionais:viva voz; display luminoso, identificação de chamadas, histórico de chamadas recebidas e efetuadas, função de redirecionamento de chamadas	486706	UN	298	R\$ 455,65	R\$ 135.783,70
59	Aeronave Remotamente Pilotada (Mini Drone), 3 (Três) Baterias, Quantidade Motores: 4 Motores, Tamanho Diagonal: 350 MM, Peso Máximo: 1.375 G, Velocidade Ascensão Vertical: 6 M/S, Características Adicionais: Câmera 4k, 1 x Suporte das hélices 1 x Protetor do gimbal 1 x DJI RC-2 (com tela) 5 x Pares de hélices (2 no drone) 1 x Bolsa para transporte 1 x Chave de remoção das hélices 18 x Parafusos 1 x Cabo tipo C 1x Cabo USB, Velocidade máxima57.6 km/h	614916	UN	33	R\$ 13.014,74	R\$ 429.486,42
60	Microfone Sem Fio Usb-C Cor Preto, Tipo: De Lapela, Frequência: 2,4 GHz, Alimentação: Bateria, Resposta Frequência: 50hz A 20 KHZ, Alcance: 200 M, Padrão: Omnidirecional. Acessórios: 1 Receptor E 2 Transmissores , Características Adicionais: Duo combo duplo para 2 pessoas	611519	UN	28	R\$ 1.041,47	R\$ 29.161,16
61	Câmera Fotográfica Digital, Tipo Foco: Automático Dual Pixel, Formato Gravação Imagem: 4k, Tipo Modo Gravação: 4k 60p/Full Hd 120p, Resolução Máxima: 24,2 Megapixels FPS,Conectividade: Bluetooth, Wi-Fi, NFC, Distâncias focais da lente: 28-70 mm, Velocidade Obturador: 1/8000 s Para 30 S, Sensor óptico: CMOS, Acessórios incluídos: 1 adaptador CA, 1 bateria recarregável, 1 cabo micro-USB, 1 tampa de lente, 1 alça para ombro, 1 protetor de visor óptico, 1 parasol, 1 tampa de sapata, 1 tampa do	621512	UN	19	R\$ 12.166,67	R\$ 231.166,73

	corpo, 1 tampa traseira de lente, Tamanho da tela: 3 " , Características Adicionais: Cor Preto, cartão de memória.					
62	<p>Forno Combinado Elétrico Forno Combinado Elétrico Programável Com Capacidade Para 40 Recipientes, Tipo Gn 1/1 X 65 Mm Com Carro Próprio Para Acomodação Dos Gns Para Cozimento - Deverão Acompanhar O Forno: 20 Grelhas Em Inox; 40 Gn 1/1 X 65 Mm Com Alças Móveis; 20 Gn 1/1 X 65 Mm Esmaltado Com Alças Móveis; 20 Gn 1/1 X 65 Mm Perfurado Com Alças Móveis; Manual De Instalação E Operação Completo. Forno Confeccionado Em Aço Inox, Aisi 304, Liga 18.8, Padrão Americano, Solda Aplicada Em Atmosfera Inerte De Argônio, Não Aparente, Com Perfeito Esmerilhamento E Polimento Dos Excessos, Acabamento Polido Fosco Nas Superfícies Externas - Porta Reforçada, Totalmente Construída Em Aço Inox E Com Vidro Duplo - Máscara Para Proteção Do Turbo E Distribuição De Ar - Pés Reguláveis - Dispositivo Automático Para Desligamento Do Turbo Na Abertura Da Porta Temperatura Regulável De 50° A 300°C - Temporizador Regulável De 1 A 60 Minutos - Tecla De Vapor Automático - Tecla De Vapor Manual - Válvula Para Desidratação De Alimentos - Válvula De Alívio De Pressão (Alguns Modelos) - Alarme De Fim Do Ciclo - Pistola Para Lavagem Interna - Cozimentos - Ar Quente - Convecção Forçada Até 300° C - Temperatura De 50° C. Dimensões Aproximadas (Alt. × Larg. × Prof.): 1960mm X 1065mm X 1384mm. Suporte Interno Removível Para Gns. Comando Em Pannel Digital Com Visor Em Lcd. Com Mínimo De 7 Funções Pré-Programadas: Assar Com Ar Quente, Regenerar, Assar Com Vapor Combinado, Cozinhar No Vapor, Grill, Banho- Maria (Steamer) E Autolimpeza Semiautomática. Geração De Vapor Por Caldeira Com Sistema Automático De Drenagem. Nível De Vapor Regulável De 0 A 100%. Possui Também A Opção De Injeção De Vapor Manual Através De Comando Independente. Com Programação Que Aceita Até 16</p>	615725	UN	17	R\$ 110.970,89	R\$1.886.505,13

	Receitas Com 8 Passos Cada. Dotado De Sensor De Núcleo Multiponto Para Controle Da Temperatura Interna Dos Alimentos. Integralmente Construído Em Aço Inoxidável. Visor Amplo (Frontal) Com Vidro Duplo /Temperado. Iluminação Interna Com Comando No Painel. Similar Ou Superior À Prática.					
63	Balança Eletrônica, Capacidade Pesagem: 500 KG, Voltagem: Bivolt V, Tipo: Digital, Número Dígitos: 8, Dimensões: 70 X 70 CM, Tipo Painel: Digital, Sensibilidade: 100 G, Frequência: 50/60 HZ, Material: Aço Inoxidável.	625185	UN	21	R\$ 3.109,33	R\$ 65.295,93
64	Carro Carga, Material: Aço Carbono, Tipo: Vertical, Capacidade Carga: 200 KG, Cor: Azul, Comprimento: 120 CM, Largura: 36 CM, Altura: 60 CM, Características Adicionais: 2 Rodas, Pneus Com Câmaras.	444717	UN	52	R\$ 404,55	R\$ 21.036,60
65	Cortina Ar, Material: Metal E Plástico, Comprimento: 150 CM, Potência: 280 W, Tensão: 220 V, Vazão: 2.400 M3.	453299	UN	65	R\$ 1.155,98	R\$ 75.138,70
66	Carrinho Distribuição, Material Bandeja: Aço Inoxidável, Material Estrutura: 4 Cantoneiras Aço 40x40x2 Mm, tipo: 3 Bandejas. Tipo Rodízio: 4 Giratórios, Aplicação: Transporte De Materiais, Comprimento: 80 CM, Largura: 45 CM, Altura: 104 CM, Características Adicionais: Bandejas Com Bordas P/ Aumento De Resistência.	281408	UN	33	R\$ 1.652,07	R\$ 54.518,31
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO						R\$ 12.404.154,33

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Só será admitida a oferta dos produtos elétricos em geral que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na classe A, nos termos da Portaria INMETRO nº 234, de 29 de junho de 2020, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória; e

4.1.2. Só será admitida a oferta de (liquidificador ou secador de cabelo ou aspirador de pó) que possua Selo Ruído indicativo do nível 1 a 3 de potência sonora, nos termos da Portaria nº 6, de 5 de janeiro de 2022 - INMETRO, da Resolução CONAMA nº 20, de 07/12/94.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com a justificativa abaixo.

4.2.1. A aquisição da câmera Sony Alpha 7 III Kit ILCE-7M3K Mirrorless, cor preta, justifica-se pela necessidade de um equipamento fotográfico de alto desempenho, apto a atender com excelência as demandas institucionais de cobertura audiovisual de eventos oficiais, ações operacionais, produções jornalísticas e de mídias digitais na área de jurisdição do Com2ºDN. A escolha técnica encontra amparo nos itens 7.7.7 e 11.4.5 do EMA- 860, que destacam a importância dos registros fotográficos e da produção de conteúdo qualificado como instrumentos essenciais para a comunicação institucional e divulgação da imagem da Marinha do Brasil.

4.2.2. A câmera apresenta um sensor Full Frame de 24.2MP com tecnologia CMOS Exmor R, que assegura alto desempenho, especialmente em condições de baixa luminosidade — realidade frequente em ambientes operacionais marítimos, como missões noturnas ou registros ao entardecer. Essa qualidade é essencial para garantir a fidelidade da informação visual e o impacto comunicacional previsto na legislação vigente.

4.2.3. Para cenários dinâmicos, como ações embarcadas em movimento, a Sony Alpha 7 III oferece sistema de autofoco híbrido com 693 pontos de detecção de fase, que permite foco automático rápido e preciso mesmo sob deslocamentos imprevisíveis, como os enfrentados em patrulhas e inspeções navais. Soma-se a isso a tecnologia de estabilização de imagem no corpo (IBIS) de 5 eixos, que minimiza tremores e vibrações,

assegurando imagens nítidas e vídeos estáveis - recursos técnicos imprescindíveis para a documentação visual eficiente de operações da Força.

4.2.4. A robustez construtiva da câmera, com vedação contra poeira e umidade, torna o equipamento confiável para uso em ambientes marítimos, onde predominam salinidade e intempéries. Essa resistência física amplia sua durabilidade e torna o investimento mais sustentável no contexto do serviço público.

4.2.5. Outro diferencial importante é o processador de imagem BIONZ X, que garante velocidade no processamento de arquivos e fidelidade na reprodução das cores — qualidades indispensáveis para a produção de materiais otimizados para os públicos e canais de divulgação, como previsto no item 11.4.5 do EMA. Esse desempenho técnico contribui para que os produtos fotográficos estejam alinhados à linguagem institucional e preparados para distribuição multiplataforma.

4.2.6. A compatibilidade com uma ampla gama de lentes intercambiáveis da linha Sony E-Mount, além da inclusão da lente 28-70mm no kit, oferece versatilidade operacional e adequação imediata à maioria das demandas institucionais, sem exigir novos investimentos ou adaptações técnicas.

4.2.7. Por fim, a relevância da Alpha 7 III no mercado internacional, sendo amplamente adotada por órgãos de imprensa, agências públicas e produtoras de conteúdo institucional, reforça a sua adequação ao serviço público, garantindo que a Marinha utilize um equipamento compatível com os mais altos padrões de qualidade e eficiência exigidos na comunicação contemporânea. Assim, a escolha da câmera Sony Alpha 7 III alinha-se não apenas às exigências técnicas e operacionais da atividade-fim da Marinha, mas também aos preceitos normativos que regem a produção e disseminação estratégica de conteúdos institucionais, conforme orientações do EMA - 860.

Subcontratação

4.16. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.24. Não será exigida a prestação de garantia contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, tendo em vista as características do objeto a ser contratado. Trata-se de aquisição de material permanente padronizado, de baixa complexidade técnica e operacional, amplamente disponível no mercado, cuja execução se limita ao fornecimento e entrega do bem, sem envolvimento de serviços acessórios relevantes, etapas críticas de implantação ou obrigações continuadas.

A entrega do objeto ocorrerá de forma imediata ou em curto prazo, não havendo cronograma de execução prolongado que amplie a exposição da Administração a riscos contratuais. Ademais, o pagamento estará condicionado ao efetivo recebimento definitivo do material, após a devida verificação de conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, o que mitiga substancialmente o risco de inadimplemento.

Ressalta-se, ainda, que os riscos de prejuízo ao erário são reduzidos, uma vez que o objeto possui valor compatível com aquisições rotineiras do órgão, não envolve tecnologia exclusiva ou de difícil reposição e poderá ser facilmente adquirido de outro fornecedor em caso de eventual descumprimento contratual.

Diante desse contexto, a exigência de garantia contratual revelar-se-ia desproporcional em relação aos riscos efetivamente envolvidos, podendo, inclusive, restringir a competitividade do certame e elevar desnecessariamente os custos da contratação, em afronta aos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da eficiência e da economicidade que regem as contratações públicas.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados da entrega da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Comando do 2º Distrito Naval, Av. das Naus, s/nº, Comércio, Salvador-BA, ou local a ser combinado anteriormente dentro da cidade de Salvador.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.15.1. Ao receber o material, o fiscal designado, deverá observar se o material recebido possui as características estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos. Caso haja discordância entre a especificação e o material entregue, os itens deverão ser rejeitados no todo, ou em parte, e deverá ser estabelecido um prazo, a ser combinado com o fornecedor, para a troca do material.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,05% (cinco centésimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 0,6% (seis décimos por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 0,6% (seis décimos por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 0,6% (seis décimos por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 0,6% (seis décimos por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 0,6% (seis décimos por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos

seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 30/06/2025.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será de forma integral.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital OU tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 2% do valor total estimado da contratação.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- 9.31.1.1. Compatível com o objeto da licitação; e
- 9.31.1.2. Obedeceu ao prazo de entrega em outros órgãos/entes.

9.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 12.404.154,33 (Doze milhões, quatrocentos e quatro mil, cento e cinquenta e quatro reais e trinta e três centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.5. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;


10.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

APROVO o Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar elaborado pela Equipe de Planejamento nomeada em Portaria deste Comando para aquisição de utensílios para o rancho e conforto do Comando do 2º Distrito Naval.

Documento assinado digitalmente
 MARCELO FERNANDES REBELLO
Data: 09/01/2026 18:18:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARCELO FERNANDES REBELLO

Capitão de Mar e Guerra (IM)

Ordenador de Despesa

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização, via e-mail, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e *da relação da rede de assistência técnica autorizada*;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;
- 4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Salvador, Seção Judiciária da Bahia para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA


Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)


15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 ALLANA THAIS MENDONCA MOTA DE FREITAS
Data: 08/01/2026 16:45:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


ALLANA THAIS MENDONCA MOTA DE FREITAS

Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente
 PAULO ANDRE DE SOUZA
Data: 08/01/2026 17:17:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PAULO ANDRE DE SOUZA

Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente
 MOACIR OLIVEIRA DA SILVA
Data: 08/01/2026 17:10:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MOACIR OLIVEIRA DA SILVA

Membro da comissão de contratação

COMANDO DO 2.DISTRITO NAVAL/BA

Estudo Técnico Preliminar 50/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 62027.004506/2025-11

2. Descrição da necessidade

A aquisição dos materiais se justifica pela necessidade de equipar áreas da administração, suprimindo a falta de bens permanentes, substituindo os que estão danificados ou sem condição de uso, além de atender a necessidade de modernização e adequação às demandas atuais. O objetivo é garantir o funcionamento adequado de todos os setores, permitindo que os militares realizem suas atividades de forma eficiente, com conforto, segurança e higiene, respeitando suas características psicofisiológicas. Com isso, espera-se melhorar o desempenho no ambiente de trabalho.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Municiamento	2T (RM2-S) Allana Thaís Mendonça Mota De Freitas

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os bens deverão atender às normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, eventualmente existentes, nos termos da Lei no 4.150/1962.

O prazo de entrega dos bens será conforme o estipulado no edital, contados do aceite da nota de empenho da despesa pela contratada, em remessa única, ou seja, todos os materiais que constarem na nota de empenho deverão ser entregues em uma única vez, no seguinte endereço: AV. DAS NAUS - S/Nº - COMÉRCIO - CONC. DA PRAIA - SALVADOR - BA - BRASIL – 40015-270.

A contratada poderá solicitar prorrogação do prazo de entrega desde que seja motivado e por meio de documento formal, ao solicitante da contratante.

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de quinze dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da aquisição, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar e no edital.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de dez dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de um dia, contado do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento dos itens, correrão por conta exclusiva da contratada.

Não haverá necessidade de exigência de garantia devido os itens possuírem garantia vinculada ao fabricante.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado através da apuração da mediana da pesquisa de preços realizada conforme a IN nº 65/2021. Foi priorizado o constante no inciso I do art. 5, painel de Preços e inciso III, dados de pesquisa publicada em mídia especializada. A pesquisa é demonstrada com maiores detalhes no Mapa Comparativo de Preços.

A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado para aquisição de material permanente foi realizada mediante a utilização de pesquisa ao Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos. A metodologia utilizada para obtenção do preço estimado foi a média dos valores obtidos na pesquisa de preços, do cálculo de três preços, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados conforme orientação da Instrução Normativa nº 65/2021.

6. Descrição da solução como um todo

O objeto pretendido com o presente certame pode ser alcançado através da aquisição do bens ou pela locação dos mesmos. A opção de aquisição mostra-se mais viável por causa da redução orçamentária atual pois, ao fazer o registro de preços o órgão somente irá fazer a aquisição caso haja provisionamento de recursos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	PDM/ CATMAT
1	Liquidificador Industrial, Material Base: Alumínio, Material Copo: Aço Inoxidável, Altura: 1.240 MM,Capacidade: 25 L, Largura: 450 MM, Profundidade: 580 MM, Tensão Nominal: 110/220 V, Material Hélice: Aço Inoxidável, Potência Motor: 1,5 CV.	UN	33	255880
2	Refresqueira, Consumo: 0,37 KW/H, Aplicação: Servi Bebidas Frias, Capacidade: 100 L, Tipo: 1 Depósito, Material Estrutura: Aço Inoxidável, Tensão: 230 V.	UN	29	356886
3	Cadeira Refeitório. Acabamento Superficial: Pintura A Pó Eletrostática, Altura: 85, Características Adicionais: Fixa, Sem Braços, Comprimento: 49, Cor: Cinza Prata, Estrutura: Tubo De Aço, Largura: 44, Material: Aço Carbono, Assento Em Resina Plástica e Tratamento Antiferrugem.	UN	656	394727
4	Mesa refeitório. Acabamento bordas: pvc, altura: 0,74, características adicionais: bordas arredondadas e sapatas reguláveis, comprimento: 1,20, cor: branca, espessura: 30, largura: 0,80, material estrutura: aço carbono, material tampo: mdf, revestimento tampo: laminado melamínico resistente a água.	UN	122	608447
	Mesa Refeitório Altura: 75 CM, Acabamento Bordas: Abs Comprimento: 1,20 M, Espessura: 25 MM, Largura: 80 CM,			

5	Características Adicionais: Sapatas Reguláveis, Assentos Giratórios E Com Encosto, Material Estrutura: Aço Carbono. Material Tampo: Mdf Revestimento Tampo: Laminado Melamínico, Acabamento Superficial Estrutura: Pintura Eletrostática A Pó.	UN	108	479831
6	Sanduicheira, Material: Aço Inoxidável, Consumo: 1,6 KW /H, Cor: Prata, Características Adicionais: Aquecimento Por Resistências, Potência: 3.250 W, Amperagem: 29,5 A, Tensão: 110/220 V.	UN	76	302917
7	Processador Alimentos, Material Corpo: Aço Inoxidável, Material Tampa: Aço Inoxidável, Material Externo: Aço Inoxidável, Quantidade Disco: 7 UN, Função Disco: Ralador /Fatiador E Desfiador, Cor: Cinza, Potência: 1/2 CV, Tensão: 110/220 V, Peso: 35 KG.	UN	27	274604
8	Balcão Térmico, Material: Mdf E Granito, Componentes: Banho Maria E Placa Fria, Altura: 157 CM, Quantidade Recipiente: 14 UN, Tipo Recipientes: Com Alças Móveis E Tampa, Comprimento: 330 CM, Largura: 110 CM, Características Adicionais: Vitrine Protetora De Saliva E Iluminada De Led .	UN	29	446195
9	Bebedouro Água, Material Corpo: Aço Inoxidável, Capacidade Água: 50 L, Tipo: Industrial, Características Adicionais: 2 Torneiras Geladas, Material Gabinete: Aço Inoxidável, Voltagem: 110 V.	UN	54	355418
10	Máquina Fabricar Gelo, Tipo Gelo: Cubo, Capacidade Depósito: 50 KG, Material Gabinete: Aço Inoxidável.	UN	29	330964
11	Máquina Fatiadora, Material: Aço Inoxidável, Aplicação: Processamento Carnes, Frequência: 60 Ciclos E 580 Giros Lâmina/Minuto, Diâmetro: 370 MM, Alimentação: 110/220 V, Potência: 5 HP, Material Lâmina: Aço Alemão, Tipo Motor: Monofásico.	UN	22	230201
12	Moedor De Carne Industrial, Material Corpo: Aço Inoxidável, Capacidade Moagem: 300 KG/H, Características Adicionais: 220 Volts, Boca 22, Material Bandeja: Aço Inoxidável, Potência Motor: 1,25 HP.	UN	18	451437
13	Cafeteira Elétrica, Material: Aço Inoxidável, Aplicação: Industrial, Capacidade: 20 L, Características Adicionais: 10 Litros Para Cada Reservatório, S/ Esterilizador, Potência: 3.000 W, Voltagem: 220 V.	UN	42	243191
14	Forno Microondas, Capacidade: 30 L, Cor: Branca, Características Adicionais: Com Prato Giratório, Voltagem: 220 V.	UN	86	354973
15	Refresqueira, Aplicação: Servi Bebidas Frias. Capacidade: 30 L. Material Depósito: Acrílico. Tipo: 2 Depósitos, Potência: 240 W, Material Estrutura: Aço Inoxidável, Tensão: 110 / 220 V.	UN	35	284196

16	Chapa Assadeira/Fritadeira, Material: Aço Inoxidável, Material Tacho: Aço Inoxidável, Altura: 90 CM, Capacidade: 30 L, Comprimento: 88 CM, Funcionamento: Gás,. Largura: 45 CM, Características Adicionais: Registro Escoamento Água/Óleo, Voltagem: 220 V.	UN	26	445202
17	Aparelho Purificador De Água, Capacidade Refrigeração: 1,5 L/H, Capacidade: 2 L, Tipo: Tripla Filtragem, Características Adicionais: Água Gelada E Água Natural, Tipo Fixação: Parede, Voltagem: 110/220 V, Acessórios: Kit Instalação, Suporte, Pingadeira Removível.	UN	77	463093
18	Descascador Batata, Material: Aço Inoxidável, Capacidade: 10 KG, Potência: 1/2 HP, Voltagem: 110/220 V.	UN	15	376259
19	Batedeira Industrial, Material Corpo: Aço Capacidade: 20 L, Quantidade Velocidade: 6, Potência Motor: 1 CV, Características Adicionais: Planetária, C/ Regulador De Velocidade, Tensão Alimentação: 220 V, Acessórios: 3 Batedores Tipo Espiral, Raquete E Globo .	UN	17	445664
20	Televisor, Características Adicionais: Entradas Hdmi, Usb, Bluetooth, Wifi, Tamanho Tela: 43 POL, Tipo Tela: Led, Voltagem: Bivolt V, Acessórios: Controle Remoto.	UN	77	601705
21	Televisor, Tamanho Tela: 55 POL, Voltagem: Bivolt V, Características Adicionais: Entradas Hdmi, Usb, Bluetooth, Wifi, Tipo Tela: Led, Acessórios: Controle Remoto.	UN	71	601702
22	Colchão. Tipo: Espuma Material: Espuma Poliuretano Densidade: D-45 Tecido De Revestimento: Sintético Poliéster Tamanho Largura X Comprimento: 0,88 X 1,88 M Tamanho Altura: 0,18 M Características Adicionais: Tecido Antialérgico/Antiacaro, Bordado Matelasse D	UN	766	485165
23	Cadeira Digitador, Tipo Rodízio: Duplo, Cor: Preta, Material Revestimento: Tecido 100% Poliéster, Material Estrutura: Aço, Material Encosto: Espuma Injetada, Material Assento: Espuma Injetada, Tratamento Superficial Estrutura: Anti-Ferruginoso E Pintura Eletrostática Epoxi-Pó, Tipo Base: Giratória, Tipo Encosto: Médio, Apoio Braço: Braço Em Forma De "T".	UN	342	412130
24	Fragmentadora Papel, Material: Metal/Plástico, Capacidade Fragmentação: 15 FL, Tensão Motor: Bivolt V, Abertura: 230 MM, Capacidade Lixeira: 25 L, Potência: 370 W, Tipo: Automática, Características Adicionais: Papeis, Grampos, Cartão, Cd, Nível Ruído: 65 DB.	UN	73	486823
25	Caldeirão, Material: Aço Inoxidável Aisi 304 18.8, Capacidade: 500 L, Características Adicionais: Gás/Vapor, Tampa Americana, Válvula Segurança, Formato: Cilíndrico.	UN	11	402447
26	Cama Conjugada, Material:Madeira, Quantidade Leitos: 2 Un, Acabamento Superficial:Envernizado, Comprimento:	UN	258	486186

	102Cm, Largura:205Cm, Cor: Madeira Natural, Características Adicionais:Com Escada Lateral E Grade De Proteção, Altura:168 Cm, Tipo:Beliche			
27	Sofá, estrutura em aço, estofamento em espuma, revestimento em facto, cor a ser definida, com braços e 3 assentos.	UN	48	601159
28	Sofá, estrutura em madeira, estofamento em espuma, revestimento em facto, cor a ser definida, com braços e 2 assentos.	UN	71	481045
29	Cadeira em polipropileno, sem braço, estrutura de tubo aço na cor preta.	UN	162	483274
30	Conjunto Lixeira Coleta Seletiva\, Material:Polietileno Alta Densidade\, Quantidade Lixeiras:4 Un\, Capacidade:50 L\, Cor:Azul\, Vermelha\, Verde E Amarela\, Características Adicionais:Tampa Capacete E Suporte Metálico\, Tratamento Superficial:U.V	UN	122	409684
31	Coletor Lixo Material: Polietileno Alta Densidade Capacidade: 120 L Cor: Azul Tratamento Superficial: Anti-Raios Ultravioleta Impressão: Sem Símbolo Diâmetro Roda: 200 MM Componentes: Com Tampa	UN	166	483309
32	Armário extra alto para escritório; 2 (duas) portas; 4 (quatro) prateleiras reguláveis; medindo 80x50x210cm; tampo em MDP de 25mm; laterais, fundo, portas, base e prateleiras em MDP de 18mm; alças puxadoras; cor: ovo/ bege a ser definida.	UN	69	458659
33	Armário baixo para escritório; 2 (duas) portas; 1 (uma) prateleira; medindo 80x50x74cm; tampo em MDP de 25mm; laterais, fundo, portas, base e prateleiras em MDP de 18mm; alças puxadoras; cor: ovo/bege a ser definida.	UN	92	372953
34	Mesa em “L” para escritório; medindo 140/140x60x74cm; tampo em MDP de 25mm; painéis de 15mm; pés em aço na cor preta; cor: ovo/bege a ser definida.	UN	145	376750
35	Mesa em “L” para escritório; medindo 160/160x60x74cm; tampo em MDP de 25mm; painéis de 15mm; pés em aço na cor preta; cor: ovo/bege a ser definida.	UN	85	329681
36	Gaveteiro volante para escritório; contendo 2 (duas) gavetas e 1 (um) gavetão; medindo 37x45x63cm; tampo em MDP de 18mm; laterais, fundo, portas, base e prateleiras em MDP de 15mm; alças puxadoras; cor: ovo/bege a ser definida.	UN	137	603898
37	Armário guarda-roupas extra alto; material MDP; 1 (uma) porta com fechadura a chave e alça puxadora; contendo uma prateleira superior, cabideiro em barra de aço, 2 (duas)	UN	226	464238

	gavetas internas com alças puxadoras e nicho na parte inferior; medidas aproximadas: altura 2,10 m x largura 0,55 m x profundidade 0,50m. Cor: cinza.			
38	Mesa redonda. Material Estrutura: Madeira Material Tampo: Madeira Mdf Cor: A ser definida, Altura: 75 CM Espessura Tampo: 25 MM Formato: Redonda Revestimento: Laminado Melamínico Quantidade Pés: 1 UN Diâmetro Tampo: 1,20 M Formato Tampo: Redondo Padrão Acabamento: Padrão Madeirado	UN	78	607623
39	Cadeira Fixa, Material Assento: Compensado Multilaminado, Material Encosto: Compensado Multilaminado, Material Estrutura: Madeira Maciça, Material Revestimento Assento E Encosto: Tecido, Densidade Espuma Assento E Encosto: D-33, Tipo Base: Fixo, Tipo Encosto: Fixo, Tipo Pé: 4 Pés, Altura: 85 CM, Largura: 51 CM, Profundidade: 57 CM. Cor a ser definida.	UN	161	607743
40	Ar Condicionado SPLIT HI-WALL de 12.000 (BTU/H): Controle remoto; Selo de eficiência energética "A"; Alimentação 220V; Com serpentina de cobre; Garantia mínima de 12 (doze) meses; e Assistência Técnica autorizada pelo fabricante na cidade de Salvador-BA.	UN	185	618525
41	Ar Condicionado SPLIT HI-WALL de 18.000 (BTU/H): Controle remoto; Selo de eficiência energética "A"; Alimentação 220V; Com serpentina de cobre; Garantia mínima de 12 (doze) meses; e Assistência Técnica autorizada pelo fabricante na cidade de Salvador-BA.	UN	151	618527
42	Ar Condicionado SPLIT HI-WALL de 24.000 (BTU/H): Controle remoto; Selo de eficiência energética "A"; Alimentação 220V; Com serpentina de cobre; Garantia mínima de 12 (doze) meses; e Assistência Técnica autorizada pelo fabricante na cidade de Salvador-BA.	UN	95	605381
43	Ar Condicionado de SPLIT – PISO TETO de 30.000 (BTU /H): Controle remoto; Selo de eficiência energética "A"; Alimentação 220V; Com serpentina de cobre; Garantia mínima de 12 (doze) meses; e Assistência Técnica autorizada pelo fabricante na cidade de Salvador-BA.	UN	93	618526
44	Ar Condicionado de SPLIT – PISO TETO de 60.000 (BTU /H): Controle remoto; Selo de eficiência energética "A"; Alimentação 220V; Com serpentina de cobre; Garantia mínima de 12 (doze) meses; e Assistência Técnica autorizada pelo fabricante na cidade de Salvador-BA.	UN	48	612298
45	Soprador\, Tipo:Portátil\, Acionamento:Gasolina\, Potência: 3.0 Hp\, Volume Ar:18 M3/Min\, Aplicação:Remoção De Folhas De Árvores\, Características Adicionais:Motor 2 Tempos\, Velocidade:12.000 Rpm.	UN	41	449910
46	Roçadeira Manual\, Tipo Motor:Gasolina\, Potência Motor:1\, 4 Kw\, Peso Aproximado:7\,40 Kg\, Características Adicionais:Motor 2 Tempos\, Cilindrada 29\,8/Tanque 0\,58 Litro\, Tipo:Costal	UN	64	319299

47	Lavadora alta pressão\, pressão:2.500 lb\, tensão:110/220 v\, potência consumida:1\,8 kw\, características adicionais: aplicador de shampoo\, sistema stop total\, tipo:lava-jato\, modelo:profissional\, acessórios:pistola bico turbo\, controle jato água\, mangueira	UN	67	439370
48	Cadeira Escritório, Material Estrutura:Aço, Material Revestimento Assento E Encosto:Tecido, Material Encosto: Polipropileno Injetado, Material Assento:Polipropileno Injetado, Tratamento Superficial Estrutura:Pintura Eletrostática, Tipo Base:Giratória Com 5 Rodízios Duplos, Tipo Encosto:Espalдар Alto, Apoio Braço:Com Regulagem De Altura E Largura, Tipo Sistema Regulagem Vertical:A Gás, Características Adicionais:Encosto De Cabeça E Suporte Lombar, Cor Estrutura: A Ser Definida, Quantidade Pés:5 Un, Dimensões Assento:480 X 510 Mm	UN	226	331411
49	Projeto Multímídia, Potência Lâmpada:210 W, Voltagem: 110/220 V, Quantidade Entrada Rgb:2 Un, Quantidade Entradas Vídeo:1 Un, Tipo Zoom:Digital, Tipo:Portátil, Luminosidade Mínima:3.600 Lm, Tipo Projeção:Frontal, Tipo Tecnologia: Lcd, Resolução:1024 X 768, Tipo Controle: Remoto, Sem Fio	UN	40	469920
50	Câmera Videoconferência, Resolução:1080 X 1920, Tipo Lente:Foco Automático X, Velocidade Transmissão Vídeo: 60 Fps, Características Adicionais:Webcam Usb Com Microfone Embutido	UN	248	479217
51	Microfone Sem Fio Duplo, USB C, Tipo: De Lapela Alimentação: Elétrico com fio Resposta Frequência: 150 Hz A 15 Khz, Características Adicionais: Sem Fio, Frequência Uhf Ajustável, Tipo Receptor, Aplicação: Ideal para Gravações Vídeo Podcasts Entrevistas com Transmissão de Áudio Nítida e Estável	UN	48	290169
52	Microfone, Tipo:De Mesa, Resposta Frequência:60 Hz - 17 Khz, Características Adicionais:Conector Usb, Plug And Play, Aplicação:Videoconferência, Padrão:Omnidirecional, Acessórios:Cabo De No Mínimo 1,5m	UN	54	480211
53	Caixa Som, Potência: No Mínimo 5 W, Cor:Preta, Características Adicionais: Deve Ter Conexão Usb Para Computador	UN	110	258050
54	Estante Rack, Padrão:19" X 12u X 570 Mm, Estrutura:Aço, Portas:Laterais E Traseiras Removíveis, Porta Frontal:Com Chave E Visor Em Acrílico, Cor:Preta	UN	39	349849
55	Caneta-indicador, material:aço, tipo indicador:laser, aplicação:apresentador de slides com laser pointer, características adicionais:sem fio, alcance 15 metros, interface usb, estojo	UN	78	447661
	Termohigrômetro, tipo:digital, dimensões máximas 100 x 150 x 150 mm, faixa temperatura mínima:-10 a 60 °c,			

56	aplicação: monitoramento temperatura, umidade e de tensão ac e dc, características adicionais: comando remoto de ligar e desligar relé, conexão ethernet, com protocolo snmp v2 e integração com zabbix	UN	66	601368
57	Ar condicionado portátil do tipo rack, capacidade frigorífica mínima: 1000w, voltagem:220 v, tamanho máximo: 1000 x 500 x 400 mm	UN	25	269279
58	Aparelho telefônico convencional do tipo ip com duas entradas ethernet, função:teclas mode/mute/viva voz/volume /configurações/histórico e navegação, nível campainha: no mínimo 5 níveis, cor:cinza, características adicionais:viva voz; display luminoso, identificação de chamadas, histórico de chamadas recebidas e efetuadas, função de redirecionamento de chamadas	UN	298	486706
59	Aeronave Remotamente Pilotada (Mini Drone), 3 (Três) Baterias, Quantidade Motores: 4 Motores, Tamanho Diagonal: 350 MM, Peso Máximo: 1.375 G, Velocidade Ascensão Vertical: 6 M/S, Características Adicionais: Câmera 4k, 1 x Suporte das hélices 1 x Protetor do gimbal 1 x DJI RC-2 (com tela) 5 x Pares de hélices (2 no drone) 1 x Bolsa para transporte 1 x Chave de remoção das hélices 18 x Parafusos 1 x Cabo tipo C 1x Cabo USB, Velocidade máxima57.6 km/h	UN	33	614916
60	Microfone Sem Fio Usb-C Cor Preto, Tipo: De Lapela, Frequência: 2,4 GHz, Alimentação: Bateria, Resposta Frequência: 50hz A 20 KHZ, Alcance: 200 M, Padrão: Omnidirecional. Acessórios: 1 Receptor E 2 Transmissores , Características Adicionais: Duo combo duplo para 2 pessoas	UN	28	611519
61	Câmera Fotográfica Digital, Tipo Foco: Automático Dual Pixel, Formato Gravação Imagem: 4k, Tipo Modo Gravação: 4k 60p/Full Hd 120p, Resolução Máxima: 24,2 Megapixels FPS,Conectividade: Bluetooth, Wi-Fi, NFC, Distâncias focais da lente: 28-70 mm, Velocidade Obturador: 1/8000 s Para 30 S, Sensor óptico: CMOS, Acessórios incluídos: 1 adaptador CA, 1 bateria recarregável, 1 cabo micro-USB, 1 tampa de lente, 1 alça para ombro, 1 protetor de visor óptico, 1 parasol, 1 tampa de sapata, 1 tampa do corpo, 1 tampa traseira de lente, Tamanho da tela: 3 " , Características Adicionais: Cor Preto, cartão de momoria.	UN	19	621512
	Forno Combinado Elétrico Forno Combinado Elétrico Programável Com Capacidade Para 40 Recipientes, Tipo Gn 1/1 X 65 Mm Com Carro Próprio Para Acomodação Dos Gns Para Cozimento - Deverão Acompanhar O Forno: 20 Grelhas Em Inox; 40 Gn 1/1 X 65 Mm Com Alças Móveis; 20 Gn 1/1 X 65 Mm Esmaltado Com Alças Móveis; 20 Gn 1 /1 X 65 Mm Perfurado Com Alças Móveis; Manual De Instalação E Operação Completo. Forno Confeccionado Em Aço Inox, Aisi 304, Liga 18.8, Padrão Americano, Solda Aplicada Em Atmosfera Inerte De Argônio, Não Aparente, Com Perfeito Esmerilhamento E Polimento Dos Excessos, Acabamento Polido Fosco Nas Superfícies Externas - Porta Reforçada, Totalmente Construída Em Aço Inox E Com Vidro Duplo - Máscara Para Proteção Do Turbo E Distribuição De Ar - Pés Reguláveis - Dispositivo Automático Para Desligamento Do Turbo Na Abertura Da			

62	Porta Temperatura Regulável De 50° A 300°C - Temporizador Regulável De 1 A 60 Minutos - Tecla De Vapor Automático - Tecla De Vapor Manual - Válvula Para Desidratação De Alimentos - Válvula De Alívio De Pressão (Alguns Modelos) - Alarme De Fim Do Ciclo - Pistola Para Lavagem Interna - Cozimentos - Ar Quente - Convecção Forçada Até 300 °C - Temperatura De 50° C. Dimensões Aproximadas (Alt. x Larg. x Prof.): 1960mm X 1065mm X 1384mm. Suporte Interno Removível Para Gns. Comando Em Pannel Digital Com Visor Em Lcd. Com Mínimo De 7 Funções Pré-Programadas: Assar Com Ar Quente, Regenerar, Assar Com Vapor Combinado, Cozinhar No Vapor, Grill, Banho- Maria (Steamer) E Autolimpeza Semiautomática. Geração De Vapor Por Caldeira Com Sistema Automático De Drenagem. Nível De Vapor Regulável De 0 A 100%. Possui Também A Opção De Injeção De Vapor Manual Através De Comando Independente. Com Programação Que Aceita Até 16 Receitas Com 8 Passos Cada. Dotado De Sensor De Núcleo Multiponto Para Controle Da Temperatura Interna Dos Alimentos. Integralmente Construído Em Aço Inoxidável. Visor Amplo (Frontal) Com Vidro Duplo /Temperado. Iluminação Interna Com Comando No Pannel. Similar Ou Superior À Prática.	UN	17	615725
63	Balança Eletrônica, Capacidade Pesagem: 500 KG, Voltagem: Bivolt V, Tipo: Digital, Número Dígitos: 8, Dimensões: 70 X 70 CM, Tipo Pannel: Digital, Sensibilidade: 100 G, Frequência: 50/60 HZ, Material: Aço Inoxidável.	UN	21	625185
64	Carro Carga, Material: Aço Carbono, Tipo: Vertical, Capacidade Carga: 200 KG, Cor: Azul, Comprimento: 120 CM, Largura: 36 CM, Altura: 60 CM, Características Adicionais: 2 Rodas, Pneus Com Câmaras.	UN	52	444717
65	Cortina Ar, Material: Metal E Plástico, Comprimento: 150 CM, Potência: 280 W, Tensão: 220 V, Vazão: 2.400 M3.	UN	65	453299
66	Carrinho Distribuição, Material Bandeja: Aço Inoxidável, Material Estrutura: 4 Cantoneiras Aço 40x40x2 Mm, tipo: 3 Bandejas. Tipo Rodízio: 4 Giratórios, Aplicação: Transporte De Materiais, Comprimento: 80 CM, Largura: 45 CM, Altura: 104 CM, Características Adicionais: Bandejas Com Bordas P/ Aumento De Resistência.	UN	33	281408

7.1 Justificativa das quantidades a serem contratadas

As quantidades foram estimadas baseadas nos itens de materiais permanentes existentes a bordo do Comando do 2º Distrito Naval que encontram-se com necessidade de substituição devido ao tempo de utilização.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 12.404.154,33

O valor estimado da contratação é de R\$ 12.404.154,33 (Doze milhões, quatrocentos e quatro mil, cento e cinquenta e quatro reais e trinta e três centavos).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Liquidificador Industrial, Material Base: Alumínio, Material Copo: Aço Inoxidável, Altura: 1.240 MM, Capacidade: 25 L, Largura: 450 MM, Profundidade: 580 MM, Tensão Nominal: 110/220 V, Material Hélice: Aço Inoxidável, Potência Motor: 1,5 CV.	255880	UN	33	R\$ 2.708,43	R\$ 89.378,19
2	Refresqueira, Consumo: 0,37 KW/H, Aplicação: Servi Bebidas Frias, Capacidade: 100 L, Tipo: 1 Depósito, Material Estrutura: Aço Inoxidável, Tensão: 230 V.	356886	UN	29	R\$ 4.849,67	R\$ 140.640,43
3	Cadeira Refeitório. Acabamento Superficial: Pintura A Pó Eletrostática, Altura: 85, Características Adicionais: Fixa, Sem Braços, Comprimento: 49, Cor: Cinza Prata, Estrutura: Tubo De Aço, Largura: 44, Material: Aço Carbono, Assento Em Resina Plástica e Tratamento Antiferrugem.	394727	UN	656	R\$ 293,73	R\$ 192.686,88
4	Mesa refeitório. Acabamento bordas: pvc, altura: 0,74, características adicionais: bordas arredondadas e sapatas reguláveis, comprimento: 1,20, cor: branca, espessura: 30, largura: 0,80, material estrutura: aço carbono, material tampo: mdf, revestimento tampo: laminado melamínico resistente a água.	608447	UN	122	R\$ 808,05	R\$ 98.582,10
5	Mesa Refeitório Altura: 75 CM, Acabamento Bordas: Abs Comprimento: 1,20 M, Espessura: 25 MM, Largura: 80 CM, Características Adicionais: Sapatas Reguláveis, Assentos Giratórios E Com Encosto, Material Estrutura: Aço Carbono. Material Tampo: Mdf Revestimento Tampo: Laminado Melamínico, Acabamento Superficial Estrutura: Pintura Eletrostática A Pó.	479831	UN	108	R\$ 1.558,66	R\$ 168.335,28
6	Sandueira, Material: Aço Inoxidável, Consumo: 1,6 KW/H, Cor: Prata, Características Adicionais: Aquecimento Por Resistências, Potência: 3.250 W, Amperagem: 29,5 A, Tensão: 110/220 V.	302917	UN	76	R\$ 2.251,62	R\$ 171.123,12
7	Processador Alimentos, Material Corpo: Aço Inoxidável, Material Tampa: Aço Inoxidável, Material Externo: Aço Inoxidável, Quantidade Disco: 7 UN, Função Disco: Ralador/Fatiador E Desfiador, Cor: Cinza, Potência: 1/2 CV, Tensão: 110/220 V, Peso: 35 KG.	274604	UN	27	R\$ 4.764,95	R\$ 128.653,65
8	Balcão Térmico, Material: Mdf E Granito, Componentes: Banho Maria E Placa Fria, Altura: 157 CM, Quantidade Recipiente: 14 UN, Tipo Recipientes: Com Alças Móveis E Tampa, Comprimento: 330 CM, Largura: 110 CM, Características Adicionais: Vitrine Protetora De Saliva E Iluminada De Led .	446195	UN	29	R\$ 8.515,42	R\$ 246.947,18

9	Bebedouro Água, Material Corpo: Aço Inoxidável, Capacidade Água: 50 L, Tipo: Industrial, Características Adicionais: 2 Torneiras Geladas, Material Gabinete: Aço Inoxidável, Voltagem: 110 V.	355418	UN	54	R\$ 2.445,85	R\$ 132.075,90
10	Máquina Fabricar Gelo, Tipo Gelo: Cubo, Capacidade Depósito: 50 KG, Material Gabinete: Aço Inoxidável.	330964	UN	29	R\$ 6.089,33	R\$ 176.590,57
11	Máquina Fatiadora, Material: Aço Inoxidável, Aplicação: Processamento Carnes, Frequência: 60 Ciclos E 580 Giros Lâmina/Minuto, Diâmetro: 370 MM, Alimentação: 110/220 V, Potência: 5 HP, Material Lâmina: Aço Alemão, Tipo Motor: Monofásico.	230201	UN	22	R\$ 13.239,79	R\$ 291.275,38
12	Moedor De Carne Industrial, Material Corpo: Aço Inoxidável, Capacidade Moagem: 300 KG/H, Características Adicionais: 220 Volts, Boca 22, Material Bandeja: Aço Inoxidável, Potência Motor: 1,25 HP.	451437	UN	18	R\$ 4.809,49	R\$ 86.570,82
13	Cafeteira Elétrica, Material: Aço Inoxidável, Aplicação: Industrial, Capacidade: 20 L, Características Adicionais: 10 Litros Para Cada Reservatório, S/ Esterilizador, Potência: 3.000 W, Voltagem: 220 V.	243191	UN	42	R\$ 3.175,56	R\$ 133.373,52
14	Forno Microondas, Capacidade: 30 L, Cor: Branca, Características Adicionais: Com Prato Giratório, Voltagem: 220 V.	354973	UN	86	R\$ 799,00	R\$ 68.714,00
15	Refresqueira, Aplicação: Servi Bebidas Frias. Capacidade: 30 L. Material Depósito: Acrílico. Tipo: 2 Depósitos, Potência: 240 W, Material Estrutura: Aço Inoxidável, Tensão: 110 / 220 V.	284196	UN	35	R\$ 2.776,71	R\$ 97.184,85
16	Chapa Assadeira/Fritadeira, Material: Aço Inoxidável, Material Tacho: Aço Inoxidável, Altura: 90 CM, Capacidade: 30 L, Comprimento: 88 CM, Funcionamento: Gás., Largura: 45 CM, Características Adicionais: Registro Escoamento Água/Óleo, Voltagem: 220 V.	445202	UN	26	R\$ 1.369,28	R\$ 35.601,28
17	Aparelho Purificador De Água, Capacidade Refrigeração: 1,5 L/H, Capacidade: 2 L, Tipo: Tripla Filtragem, Características Adicionais: Água Gelada E Água Natural, Tipo Fixação: Parede, Voltagem: 110 /220 V, Acessórios: Kit Instalação, Suporte, Pingadeira Removível.	463093	UN	77	R\$ 719,69	R\$ 55.416,13
18	Descascador Batata, Material: Aço Inoxidável, Capacidade: 10 KG, Potência: 1/2 HP, Voltagem: 110 /220 V.	376259	UN	15	R\$ 3.721,11	R\$ 55.816,65
	Batedeira Industrial, Material Corpo: Aço Capacidade: 20 L, Quantidade Velocidade: 6, Potência Motor: 1 CV, Características Adicionais: Planetária, C/					

19	Regulador De Velocidade, Tensão Alimentação: 220 V, Acessórios: 3 Batedores Tipo Espiral, Raquete E Globo .	445664	UN	17	R\$ 7.034,55	R\$ 119.587,35
20	Televisor, Características Adicionais: Entradas Hdmi, Usb, Bluetooth, Wifi, Tamanho Tela: 43 POL, Tipo Tela: Led, Voltagem: Bivolt V, Acessórios: Controle Remoto.	601705	UN	77	R\$ 2.267,16	R\$ 174.571,32
21	Televisor, Tamanho Tela: 55 POL, Voltagem: Bivolt V, Características Adicionais: Entradas Hdmi, Usb, Bluetooth, Wifi, Tipo Tela: Led, Acessórios: Controle Remoto.	601702	UN	71	R\$ 3.125,58	R\$ 221.916,18
22	Colchão. Tipo: Espuma Material: Espuma Poliuretano Densidade: D-45 Tecido De Revestimento: Sintético Poliéster Tamanho Largura X Comprimento: 0,88 X 1,88 M Tamanho Altura: 0,18 M Características Adicionais: Tecido Antialérgico/Antiacaro, Bordado Matelasse D	485165	UN	766	R\$ 607,05	R\$ 465.000,30
23	Cadeira Digitador, Tipo Rodízio: Duplo, Cor: Preta, Material Revestimento: Tecido 100% Poliéster, Material Estrutura: Aço, Material Encosto: Espuma Injetada, Material Assento: Espuma Injetada, Tratamento Superficial Estrutura: Anti-Ferruginoso E Pintura Eletrostática Epoxi-Pó, Tipo Base: Giratória, Tipo Encosto: Médio, Apoio Braço: Braço Em Forma De "T".	412130	UN	342	R\$ 655,70	R\$ 224.249,40
24	Fragmentadora Papel, Material: Metal/Plástico, Capacidade Fragmentação: 15 FL, Tensão Motor: Bivolt V, Abertura: 230 MM, Capacidade Lixeira: 25 L, Potência: 370 W, Tipo: Automática, Características Adicionais: Papeis, Grampos, Cartão, Cd, Nível Ruído: 65 DB.	486823	UN	73	R\$ 1.843,91	R\$ 134.605,43
25	Caldeirão, Material: Aço Inoxidável Aisi 304 18.8, Capacidade: 500 L, Características Adicionais: Gás /Vapor, Tampa Americana, Válvula Segurança, Formato: Cilíndrico.	402447	UN	11	R\$ 25.581,06	R\$ 281.391,66
26	Cama Conjugada, Material:Madeira, Quantidade Leitos: 2 Un, Acabamento Superficial:Envernizado, Comprimento:102Cm, Largura:205Cm, Cor: Madeira Natural, Características Adicionais:Com Escada Lateral E Grade De Proteção, Altura:168 Cm, Tipo: Beliche	486186	UN	258	R\$ 1.224,28	R\$ 315.864,24
27	Sofá, estrutura em aço, estofamento em espuma, revestimento em facto, cor a ser definida, com braços e 3 assentos.	601159	UN	48	R\$ 1.693,67	R\$ 81.296,16
28	Sofá, estrutura em madeira, estofamento em espuma, revestimento em facto, cor a ser definida, com braços e 2 assentos.	481045	UN	71	R\$ 1.644,33	R\$ 116.747,43

29	Cadeira em polipropileno, sem braço, estrutura de tubo aço na cor preta.	483274	UN	162	R\$ 212,67	R\$ 34.452,54
30	Conjunto Lixeira Coleta Seletiva\, Material:Polietileno Alta Densidade\, Quantidade Lixeiras:4 Un\, Capacidade:50 L\, Cor:Azul\, Vermelha\, Verde E Amarela\, Características Adicionais:Tampa Capacete E Suporte Metálico\, Tratamento Superficial:U.V	409684	UN	122	R\$ 627,77	R\$ 76.587,94
31	Coletor Lixo Material: Polietileno Alta Densidade Capacidade: 120 L Cor: Azul Tratamento Superficial: Anti-Raios Ultravioleta Impressão: Sem Símbolo Diâmetro Roda: 200 MM Componentes: Com Tampa	483309	UN	166	R\$ 298,33	R\$ 49.522,78
32	Armário extra alto para escritório; 2 (duas) portas; 4 (quatro) prateleiras reguláveis; medindo 80x50x210cm; tampo em MDP de 25mm; laterais, fundo, portas, base e prateleiras em MDP de 18mm; alças puxadoras; cor: ovo/ bege a ser definida.	458659	UN	69	R\$ 1.425,36	R\$ 98.349,84
33	Armário baixo para escritório; 2 (duas) portas; 1 (uma) prateleira; medindo 80x50x74cm; tampo em MDP de 25mm; laterais, fundo, portas, base e prateleiras em MDP de 18mm; alças puxadoras; cor: ovo/bege a ser definida.	372953	UN	92	R\$ 916,11	R\$ 84.282,12
34	Mesa em “L” para escritório; medindo 140 /140x60x74cm; tampo em MDP de 25mm; painéis de 15mm; pés em aço na cor preta; cor: ovo/bege a ser definida.	376750	UN	145	R\$ 884,28	R\$ 128.220,60
35	Mesa em “L” para escritório; medindo 160 /160x60x74cm; tampo em MDP de 25mm; painéis de 15mm; pés em aço na cor preta; cor: ovo/bege a ser definida.	329681	UN	85	R\$ 929,15	R\$ 78.977,75
36	Gaveteiro volante para escritório; contendo 2 (duas) gavetas e 1 (um) gavetão; medindo 37x45x63cm; tampo em MDP de 18mm; laterais, fundo, portas, base e prateleiras em MDP de 15mm; alças puxadoras; cor: ovo/bege a ser definida.	603898	UN	137	R\$ 531,46	R\$ 72.810,02
37	Armário guarda-roupas extra alto; material MDP; 1 (uma) porta com fechadura a chave e alça puxadora; contendo uma prateleira superior, cabideiro em barra de aço, 2 (duas) gavetas internas com alças puxadoras e nicho na parte inferior; medidas aproximadas: altura 2,10 m x largura 0,55m x profundidade 0,50m. Cor: cinza.	464238	UN	226	R\$ 975,00	R\$ 220.350,00
38	Mesa redonda. Material Estrutura: Madeira Material Tampo: Madeira Mdf Cor: A ser definida, Altura: 75 CM Espessura Tampo: 25 MM Formato: Redonda Revestimento: Laminado Melamínico Quantidade Pés: 1 UN Diâmetro Tampo: 1,20 M Formato Tampo: Redondo Padrão Acabamento: Padrão Madeirado	607623	UN	78	R\$ 923,33	R\$ 72.019,74

39	Cadeira Fixa, Material Assento: Compensado Multilaminado, Material Encosto: Compensado Multilaminado, Material Estrutura: Madeira Maciça, Material Revestimento Assento E Encosto: Tecido, Densidade Espuma Assento E Encosto: D-33, Tipo Base: Fixo, Tipo Encosto: Fixo, Tipo Pé: 4 Pés, Altura: 85 CM, Largura: 51 CM, Profundidade: 57 CM. Cor a ser definida.	607743	UN	161	R\$ 485,50	R\$ 78.165,50
40	Ar Condicionado SPLIT HI-WALL de 12.000 (BTU /H): Controle remoto; Selo de eficiência energética “A”; Alimentação 220V; Com serpentina de cobre; Garantia mínima de 12 (doze) meses; e Assistência Técnica autorizada pelo fabricante na cidade de Salvador-BA.	618525	UN	185	R\$ 3.178,35	R\$ 587.994,75
41	Ar Condicionado SPLIT HI-WALL de 18.000 (BTU /H): Controle remoto; Selo de eficiência energética “A”; Alimentação 220V; Com serpentina de cobre; Garantia mínima de 12 (doze) meses; e Assistência Técnica autorizada pelo fabricante na cidade de Salvador-BA.	618527	UN	151	R\$ 4.048,62	R\$ 611.341,62
42	Ar Condicionado SPLIT HI-WALL de 24.000 (BTU /H): Controle remoto; Selo de eficiência energética “A”; Alimentação 220V; Com serpentina de cobre; Garantia mínima de 12 (doze) meses; e Assistência Técnica autorizada pelo fabricante na cidade de Salvador-BA.	605381	UN	95	R\$ 5.071,35	R\$ 481.778,25
43	Ar Condicionado de SPLIT – PISO TETO de 30.000 (BTU/H): Controle remoto; Selo de eficiência energética “A”; Alimentação 220V; Com serpentina de cobre; Garantia mínima de 12 (doze) meses; e Assistência Técnica autorizada pelo fabricante na cidade de Salvador-BA.	618526	UN	93	R\$ 6.230,00	R\$ 579.390,00
44	Ar Condicionado de SPLIT – PISO TETO de 60.000 (BTU/H): Controle remoto; Selo de eficiência energética “A”; Alimentação 220V; Com serpentina de cobre; Garantia mínima de 12 (doze) meses; e Assistência Técnica autorizada pelo fabricante na cidade de Salvador-BA.	612298	UN	48	R\$ 11.077,46	R\$ 531.718,08
45	Soprador\, Tipo:Portátil\, Acionamento:Gasolina\, Potência:3.0 Hp\, Volume Ar:18 M3/Min\, Aplicação: Remoção De Folhas De Árvores\, Características Adicionais:Motor 2 Tempos\, Velocidade:12.000 Rpm.	449910	UN	41	R\$ 2.707,33	R\$ 111.000,53
46	Roçadeira Manual\, Tipo Motor:Gasolina\, Potência Motor:1\,4 Kw\, Peso Aproximado:7\,40 Kg\, Características Adicionais:Motor 2 Tempos\, Cilindrada 29\,8/Tanque 0\,58 Litro\, Tipo:Costal	319299	UN	64	R\$ 813,62	R\$ 52.071,68
47	Lavadora alta pressão\, pressão:2.500 lb\, tensão:110 /220 v\, potência consumida:1\,8 kw\, características adicionais:aplicador de shampoo\, sistema stop total\, tipo:lava-jato\, modelo:profissional\, acessórios:pistola bico turbo\, controle jato água\, mangueira	439370	UN	67	R\$ 1.756,58	R\$ 117.690,86

48	Cadeira Escritório, Material Estrutura:Aço, Material Revestimento Assento E Encosto:Tecido, Material Encosto:Polipropileno Injetado, Material Assento: Polipropileno Injetado, Tratamento Superficial Estrutura:Pintura Eletrostática, Tipo Base:Giratória Com 5 Rodízios Duplos, Tipo Encosto:Espaldar Alto, Apoio Braço:Com Regulagem De Altura E Largura, Tipo Sistema Regulagem Vertical:A Gás, Características Adicionais:Encosto De Cabeça E Suporte Lombar, Cor Estrutura: A Ser Definida, Quantidade Pés:5 Un, Dimensões Assento:480 X 510 Mm	331411	UN	226	R\$ 1.252,67	R\$ 283.103,42
49	Projetor Multimídia, Potência Lâmpada:210 W, Voltagem:110/220 V, Quantidade Entrada Rgb:2 Un, Quantidade Entradas Vídeo:1 Un, Tipo Zoom:Digital, Tipo:Portátil, Luminosidade Mínima:3.600 Lm, Tipo Projeção:Frontal, Tipo Tecnologia: Lcd, Resolução: 1024 X 768, Tipo Controle:Remoto, Sem Fio	469920	UN	40	R\$ 2.344,17	R\$ 93.766,80
50	Câmera Videoconferência, Resolução:1080 X 1920, Tipo Lente:Foco Automático X, Velocidade Transmissão Vídeo:60 Fps, Características Adicionais: Webcam Usb Com Microfone Embutido	479217	UN	248	R\$ 472,00	R\$ 117.056,00
51	Microfone Sem Fio Duplo, USB C, Tipo: De Lapela Alimentação: Elétrico com fio Resposta Frequência: 150 Hz A 15 KHz, Características Adicionais: Sem Fio, Frequência Uhf Ajustável, Tipo Receptor, Aplicação: Ideal para Gravações Vídeo Podcasts Entrevistas com Transmissão de Áudio Nítida e Estável	290169	UN	48	R\$ 487,33	R\$ 23.391,84
52	Microfone, Tipo:De Mesa, Resposta Frequência:60 Hz - 17 KHz, Características Adicionais:Conector Usb, Plug And Play, Aplicação:Videoconferência, Padrão: Omnidirecional, Acessórios:Cabo De No Mínimo 1,5m	480211	UN	54	R\$ 307,98	R\$ 16.630,92
53	Caixa Som, Potência: No Mínimo 5 W, Cor:Preta, Características Adicionais: Deve Ter Conexão Usb Para Computador	258050	UN	110	R\$ 315,55	R\$ 34.710,50
54	Estante Rack, Padrão:19" X 12u X 570 Mm, Estrutura: Aço, Portas:Laterais E Traseiras Removíveis, Porta Frontal:Com Chave E Visor Em Acrílico, Cor:Preta	349849	UN	39	R\$ 576,32	R\$ 22.476,48
55	Caneta-indicador, material:aço, tipo indicador:laser, aplicação:apresentador de slides com laser pointer, características adicionais:sem fio, alcance 15 metros, interface usb, estojo	447661	UN	78	R\$ 49,97	R\$ 3.897,66
56	Termohigrômetro, tipo:digital, dimensões máximas 100 x 150 x 150 mm, faixa temperatura mínima:-10 a 60 °c, aplicação: monitoramento temperatura, umidade e de tensão ac e dc, características adicionais: comando remoto de ligar e desligar relé, conexão ethernet, com protocolo snmp v2 e integração com zabbix	601368	UN	66	R\$ 824,83	R\$ 54.438,78

57	Ar condicionado portátil do tipo rack, capacidade frigorífica mínima: 1000w, voltagem:220 v, tamanho máximo: 1000 x 500 x 400 mm	269279	UN	25	R\$ 10.226,77	R\$ 255.669,25
58	Aparelho telefônico convencional do tipo ip com duas entradas ethernet, função:teclas mode/mute/viva voz /volume/configurações/histórico e navegação, nível campanha: no mínimo 5 níveis, cor:cinza, características adicionais:viva voz; display luminoso, identificação de chamadas, histórico de chamadas recebidas e efetuadas, função de redirecionamento de chamadas	486706	UN	298	R\$ 455,65	R\$ 135.783,70
59	Aeronave Remotamente Pilotada (Mini Drone), 3 (Três) Baterias, Quantidade Motores: 4 Motores, Tamanho Diagonal: 350 MM, Peso Máximo: 1.375 G, Velocidade Ascensão Vertical: 6 M/S, Características Adicionais: Câmera 4k, 1 x Suporte das hélices 1 x Protetor do gimbal 1 x DJI RC-2 (com tela) 5 x Pares de hélices (2 no drone) 1 x Bolsa para transporte 1 x Chave de remoção das hélices 18 x Parafusos 1 x Cabo tipo C 1x Cabo USB, Velocidade máxima57.6 km/h	614916	UN	33	R\$ 13.014,74	R\$ 429.486,42
60	Microfone Sem Fio Usb-C Cor Preto, Tipo: De Lapela, Frequência: 2,4 GHz, Alimentação: Bateria, Resposta Frequência: 50hz A 20 KHZ, Alcance: 200 M, Padrão: Omnidirecional. Acessórios: 1 Receptor E 2 Transmissores , Características Adicionais: Duo combo duplo para 2 pessoas	611519	UN	28	R\$ 1.041,47	R\$ 29.161,16
61	Câmera Fotográfica Digital, Tipo Foco: Automático Dual Pixel, Formato Gravação Imagem: 4k, Tipo Modo Gravação: 4k 60p/Full Hd 120p, Resolução Máxima: 24,2 Megapixels FPS,Conectividade: Bluetooth, Wi-Fi, NFC, Distâncias focais da lente: 28-70 mm, Velocidade Obturador: 1/8000 s Para 30 S, Sensor óptico: CMOS, Acessórios incluídos: 1 adaptador CA, 1 bateria recarregável, 1 cabo micro-USB, 1 tampa de lente, 1 alça para ombro, 1 protetor de visor óptico, 1 parasol, 1 tampa de sapata, 1 tampa do corpo, 1 tampa traseira de lente, Tamanho da tela: 3 ", Características Adicionais: Cor Preto, cartão de memória.	621512	UN	19	R\$ 12.166,67	R\$ 231.166,73
	Forno Combinado Elétrico Forno Combinado Elétrico Programável Com Capacidade Para 40 Recipientes, Tipo Gn 1/1 X 65 Mm Com Carro Próprio Para Acomodação Dos Gns Para Cozimento - Deverão Acompanhar O Forno: 20 Grelhas Em Inox; 40 Gn 1/1 X 65 Mm Com Alças Móveis; 20 Gn 1/1 X 65 Mm Esmaltado Com Alças Móveis; 20 Gn 1/1 X 65 Mm Perfurado Com Alças Móveis; Manual De Instalação E Operação Completo. Forno Confeccionado Em Aço Inox, Aisi 304, Liga 18.8, Padrão Americano, Solda Aplicada Em Atmosfera Inerte De Argônio, Não Aparente, Com Perfeito Esmerilhamento E Polimento Dos Excessos, Acabamento Polido Fosco Nas Superfícies Externas - Porta Reforçada, Totalmente Construída Em Aço Inox E Com Vidro Duplo - Máscara Para Proteção Do Turbo E Distribuição De Ar					

62	- Pés Reguláveis - Dispositivo Automático Para Desligamento Do Turbo Na Abertura Da Porta Temperatura Regulável De 50° A 300°c - Temporizador Regulável De 1 A 60 Minutos - Tecla De Vapor Automático - Tecla De Vapor Manual - Válvula Para Desidratação De Alimentos - Válvula De Alívio De Pressão (Alguns Modelos) - Alarme De Fim Do Ciclo - Pistola Para Lavagem Interna - Cozimentos - Ar Quente - Convecção Forçada Até 300°C - Temperatura De 50° C. Dimensões Aproximadas (Alt. × Larg. × Prof.): 1960mm X 1065mm X 1384mm. Suporte Interno Removível Para Gns. Comando Em Painel Digital Com Visor Em Lcd. Com Mínimo De 7 Funções Pré-Programadas: Assar Com Ar Quente, Regenerar, Assar Com Vapor Combinado, Cozinhar No Vapor, Grill, Banho- Maria (Steamer) E Autolimpeza Semiautomática. Geração De Vapor Por Caldeira Com Sistema Automático De Drenagem. Nível De Vapor Regulável De 0 A 100%. Possui Também A Opção De Injeção De Vapor Manual Através De Comando Independente. Com Programação Que Aceita Até 16 Receitas Com 8 Passos Cada. Dotado De Sensor De Núcleo Multiponto Para Controle Da Temperatura Interna Dos Alimentos. Integralmente Construído Em Aço Inoxidável. Visor Amplo (Frontal) Com Vidro Duplo/Temperado. Iluminação Interna Com Comando No Painel. Similar Ou Superior À Prática.	615725	UN	17	R\$ 110.970,89	R\$ 1.886.505,13
63	Balança Eletrônica, Capacidade Pesagem: 500 KG, Voltagem: Bivolt V, Tipo: Digital, Número Dígitos: 8, Dimensões: 70 X 70 CM, Tipo Painel: Digital, Sensibilidade: 100 G, Frequência: 50/60 HZ, Material: Aço Inoxidável.	625185	UN	21	R\$ 3.109,33	R\$ 65.295,93
64	Carro Carga, Material: Aço Carbono, Tipo: Vertical, Capacidade Carga: 200 KG, Cor: Azul, Comprimento: 120 CM, Largura: 36 CM, Altura: 60 CM, Características Adicionais: 2 Rodas, Pneus Com Câmaras.	444717	UN	52	R\$ 404,55	R\$ 21.036,60
65	Cortina Ar, Material: Metal E Plástico, Comprimento: 150 CM, Potência: 280 W, Tensão: 220 V, Vazão: 2.400 M3.	453299	UN	65	R\$ 1.155,98	R\$ 75.138,70
66	Carrinho Distribuição, Material Bandeja: Aço Inoxidável, Material Estrutura: 4 Cantoneiras Aço 40x40x2 Mm, tipo: 3 Bandejas. Tipo Rodízio: 4 Giratórios, Aplicação: Transporte De Materiais, Comprimento: 80 CM, Largura: 45 CM, Altura: 104 CM, Características Adicionais: Bandejas Com Bordas P/ Aumento De Resistência.	281408	UN	33	R\$ 1.652,07	R\$ 54.518,31
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO						R\$12.404.154,33

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando a natureza da demanda, a entrega da aquisição será de forma única. A concentração do fornecimento em um único momento visa garantir a eficiência no recebimento e conferência dos itens.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A contratação pretendida mostra-se autônoma com relação às demandas executadas neste Comando, não possuindo qualquer correlação ou interdependência.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação enquadra-se dentro do Planejamento Estratégico do Comando do 2º Distrito Naval como Macroprocesso de Apoio MPA-11.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Almeja-se com a contratação a renovação dos materiais que estão sem condições de uso, necessidade de modernização e substituição.

13. Providências a serem Adotadas

Não foram identificadas providências a serem adotadas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Será de total responsabilidade da empresa contratada o cumprimento das normas ambientais vigentes com relação a produção do item licitado no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos. A contratada deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta licitação.

A contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa no 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus Artigos 5º, no que couber. A contratada deverá seguir os critérios compatíveis com os padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis, conforme disposto no Art. 7º, XI, da Lei no 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), no que couber.

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Só será admitida a oferta dos produtos elétricos em geral que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, na classe A, nos termos da Portaria INMETRO nº 234, de 29 de junho de 2020, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade - RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

4.1.2. Só será admitida a oferta de (liquidificador ou secador de cabelo ou aspirador de pó) que possua Selo Ruído indicativo do nível 1 a 3 de potência sonora, nos termos da Portaria nº 6, de 5 de janeiro de 2022 - INMETRO, da Resolução CONAMA nº 20, de 07/12/94.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com esta contratação será possível conciliar menores custos e o atendimento adequado das necessidades da Administração, isto posto constatamos, portanto que é uma contratação viável pois trará recursos materiais para que as dependências desta OM possam efetivar suas atividades essenciais e rotineiras sem que haja descontinuidade dos serviços.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALLANA THAIS MENDONCA MOTA DE FREITAS

Membro da comissão de contratação

PAULO ANDRE DE SOUZA

Membro da comissão de contratação

MOACIR OLIVEIRA DA SILVA

Membro da comissão de contratação

MARINHA DO BRASIL
CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM SALVADOR
PREGÃO Nº 90019/2025
(Processo Administrativo n.º 62027.004506/2025-11)

ÓRGÃO GERENCIADOR E RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES APOIADAS (OMAp), ORGANIZAÇÕES MILITARES PARTICIPANTES, SEUS RESPECTIVOS ENDEREÇOS E MUNICÍPIOS SEDE:

ÓRGÃO GERENCIADOR:

CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM SALVADOR (CeIMSa)

(CNPJ: 00.394.502/0180-00)

Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº São Tomé de Paripe. Salvador-BA. CEP: 40810-310.

Tel: (71) 3307-3692 / 3307-3691.

E-mail: ceimsa.secom@marinha.mil.br

ORGANIZAÇÕES MILITARES APOIADAS EM SALVADOR:

COMANDO DO 2º DISTRITO NAVAL (Com2ºDN)

(CNPJ: 00.394.502/0027-83)

Avenida das Naus, s/nº, Conceição da Praia. Salvador-BA. CEP: 40015-270.

Tel: (71) 3507-3700.

E-mail: com2dn.secom@marinha.mil.br

HOSPITAL NAVAL DE SALVADOR (HNSa)

(CNPJ: 00.394.502/0067-70)

Avenida da França, 1400 - Comércio. Salvador-BA. CEP: 40010-000.

Tel: (71) 3415-2400.

E-mail: hnsa.secom@marinha.mil.br

BASE NAVAL DE ARATU (BNA)

(CNPJ: 00.394.502/0028-64)

Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº - São Tomé de Paripe. Salvador-BA. CEP: 40810-310.

Tel: (71) 3307-3692.

E-mail: bna.secom@marinha.mil.br

CAPITANIA DOS PORTOS DO ESTADO DA BAHIA (CPBA)

(CNPJ: 00.394.502/0029-45)

Avenida das Naus, s/nº - Conceição da Praia - Comércio. Salvador-BA. CEP: 40015-270.

Tel: (71) 3507-3777.

E-mail: cpba.secom@marinha.mil.br

2º BATALHÃO DE OPERAÇÕES LITORÂNEAS DE FUZILEIROS NAVAIS (2ºBHOpLitFN)

(CNPJ: 00.394.502/0118-55)

Avenida da França, 1360 - Comércio. Salvador-BA. CEP: 40010-000.

Tel: (71) 3415-2400/3415-2483.

E-mail: gptfnsa.secom@marinha.mil.br

COMANDO DA FORÇA DE MINAGEM E VARREDURA (ComForMinVar)

(CNPJ: 00.394.502/0167-33)

Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº - São Tomé de Paripe. Salvador-BA. CEP: 40810-310.

Tel: (71) 3307-3650.

E-mail: comforminvar.secom@marinha.mil.br

<p>COMANDO DO GRUPAMENTO DE PATRULHA NAVAL DO LESTE (ComGptPatNavL) (CNPJ: 00.394.502/0476-12) Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº - São Tomé de Paripe. Salvador-BA. CEP: 40810-310. Tel: (71) 3307-3353. E-mail: gpnest.secom@marinha.mil.br</p>
<p>ESTAÇÃO RÁDIO DA MARINHA EM SALVADOR (ERMS) (CNPJ: 00.394.502/0157-61) Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº - Morro do Toc-toc - São Tomé de Paripe. Salvador-BA. CEP: 40810-310. Tel: (71) 3307-3941. E-mail: npaguaratuba.secom@marinha.mil.br</p>
<p>SERVIÇO DE SINALIZAÇÃO Náutica DO LESTE (SSN-2) (CNPJ: 00.394.502/0193-25) Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº - São Tomé de Paripe. Salvador-BA. CEP: 40810-310. Tel: (71) 3307-3981. E-mail: sinest.secom@marinha.mil.br</p>
<p>NAVIO PATRULHA GRAVATAÍ (NPaGravataí) (CNPJ: 03.486.513/0001-42) Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº – São Tomé de Paripe – Salvador–BA. CEP: 40810-310. Tel: (71) 3307-3678. E-mail: npagravatai.secom@marinha.mil.br</p>
<p>NAVIO PATRULHA GUARATUBA (NPaGuaratuba) (CNPJ: 03.486.521/0001-99) Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº - São Tomé de Paripe. Salvador–BA. CEP: 40810-310. Tel: (71) 3307-3960. E-mail: npaguaratuba.secom@marinha.mil.br</p>
<p>CORVETA CABOCLO (CvCaboclo) (CNPJ: 00.394.502/0283-16) Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº – São Tomé de Paripe – Salvador-BA. CEP: 40810-310. Tel: (71) 3307-3951. E-mail: cvcaboclo.secom@marinha.mil.br</p>
<p>NAVIO VARREDOR ARATU (NVAratu) (CNPJ: 00.394.502/0214-94) Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº – São Tomé de Paripe – Salvador-BA. CEP: 40810-310. Tel: (71) 3307-3954. E-mail: nvaratu.secom@marinha.mil.br</p>
<p>NAVIO VARREDOR ATALAIA (NVAtalaia) (CNPJ: 00.394.502/0215-75) Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº - São Tomé de Paripe. Salvador-BA. CEP: 40810-310. Tel: (71) 3307-3956. E-mail: nvatalaia.secom@marinha.mil.br</p>
<p>NAVIO VARREDOR ARAÇATUBA (NVAraçatuba) (CNPJ: 00.394.502/0213-03) Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº – São Tomé de Paripe – Salvador-BA. CEP: 40810-310. Tel: (71) 3307-3757. E-mail: nvaraçatuba.secom@marinha.mil.br</p>

NAVIO HIDROGRÁFICO BALIZADOR TENENTE BOANERGES (NHIBTenBoanerges)

(CNPJ: 00.394.502/0257-24)

Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº – São Tomé de Paripe – Salvador-BA. CEP: 40810-310.

Tel: (71) 3307-3639.

E-mail: nbtenboanerges.secom@marinha.mil.br

ARACAJU-SE:

CAPITANIA DOS PORTOS DE SERGIPE (CPSE)

(CNPJ: 00.394.502/0030-89)

Endereço: Av. Ivo Prado, 752, Bairro: São José. Aracaju-SE. CEP: 49015-070.

Tel: (79) 3711-1646.

E-mail: cpse.secom@marinha.mil.br

JUAZEIRO-BA:

CAPITANIA FLUVIAL DE JUAZEIRO (CFJ)

(CNPJ: 00.394.502/0436-25)

Endereço: Av. José Petitinga, nº 606 - Santo Antônio. Juazeiro-BA. CEP: 48903-010.

Tel: (74) 3211-8800.

E-mail: cfj.secom@marinha.mil.br

BOM JESUS DA LAPA-BA:

AGÊNCIA FLUVIAL DE BOM JESUS DA LAPA (AgBJLapa)

(CNPJ: 00.394.502/0353-63).

Endereço: Av. Almirante Berutti, s/nº - Centro. Bom Jesus da Lapa-BA. CEP: 47600-000.

Tel: (77) 3481-4126.

E-mail: agbjlapa.secom@marinha.mil.br

PORTO SEGURO-BA:

DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM PORTO SEGURO (DeLPSeguro)

(CNPJ: 00.394.502/0361-73)

Rua São Pedro, nº 195 - Centro. Porto Seguro-BA. CEP: 45810-000.

Tel: (73) 3421-2053.

E-mail: delpseguro.secom@marinha.mil.br

Salvador-BA, na data da assinatura.

MIKAEL FREITAS DE MESQUITA
Primeiro Tenente (RM2-T)
Encarregado da Divisão de Obtenção

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



MARINHA DO BRASIL

CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM SALVADOR

Processo Administrativo nº 62027.004506/2025-11

Ata de Registro de Preços nº XX/2025

O CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM SALVADOR, com sede na Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº – Bairro: São Tomé de Paripe – CEP: 40800-310, endereço eletrônico: ceimsa.secom@marinha.mil.br, na cidade de Salvador-BA, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.502/0180-0, neste ato representado pelo Capitão de Mar e Guerra (IM) – Ordenador de Despesas – FABRÍCIO NEVES COSENDEY, nomeado pela Portaria nº 207/CM, de 10 de setembro de 2024, publicada no DOU de 11 de setembro de 2024, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202...., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 62027.004506/2025-11, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de materiais permanente, para o Comando do 2º Distrito Naval, especificado(s) no(s) item(ns) 1.1 do Termo de Referência, anexo I do *edital de licitação* n.º 90019/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM SALVADOR**.

CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM SALVADOR (CeIMSa)

(CNPJ: 00.394.502/0180-00)

Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº - São Tomé de Paripe. Salvador-BA. CEP: 40810-310.

Tel: (71) 3307-3692 / 3307-3691.

E-mail: ceimsa.secom@marinha.mil.br

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

COMANDO DO 2º DISTRITO NAVAL (Com2ºDN)

(CNPJ: 00.394.502/0027-83)

Endereço: Avenida das Naus, s/nº, Conceição da Praia - Salvador-BA. CEP: 40015-270.

Tel: (71) 3507-3700.

E-mail: com2dn.secom@marinha.mil.br

HOSPITAL NAVAL DE SALVADOR (HNSa)

(CNPJ: 00.394.502/0067-70)

Endereço: Avenida da França, 1400 - Comércio - Salvador-BA. CEP: 40010-000.

Tel: (71) 3415-2400.

E-mail: hnsa.secom@marinha.mil.br

BASE NAVAL DE ARATU (BNA)

(CNPJ: 00.394.502/0028-64)

Endereço: Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº - São Tomé de Paripe. Salvador-BA. CEP: 40810-310.

Tel: (71) 3307-3692.

E-mail: bna.secom@marinha.mil.br

CAPITANIA DOS PORTOS DO ESTADO DA BAHIA (CPBA)

(CNPJ: 00.394.502/0029-45)

Endereço: Avenida das Naus, s/nº - Conceição da Praia - Comércio - Salvador-BA. CEP: 40015-270.

Tel: (71) 3507-3777.

E-mail: cpba.secom@marinha.mil.br ou geyson.mauricio@marinha.mil.br

2º BATALHÃO DE OPERAÇÕES LITORÂNEAS DE FUZILEIROS NAVAIS (2ºBHOPLitFN)

(CNPJ: 00.394.502/0118-55)

Endereço: Avenida da França, 1360 - Comércio - Salvador-BA. CEP: 40010-000.

Tel: (71) 3415-2400/3415-2483.

E-mail: gptfnsa.secom@marinha.mil.br

COMANDO DA FORÇA DE MINAGEM E VARREDURA (ComForMinVar)

(CNPJ: 00.394.502/0167-33)

Endereço: Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº - São Tomé de Paripe. Salvador-BA. CEP: 40810-310.

Tel: (71) 3307-3650.

E-mail: comforminvar.secom@marinha.mil.br

COMANDO DO GRUPAMENTO DE PATRULHA NAVAL DO LESTE (ComGptPatNavL)

(CNPJ: 00.394.502/0476-12)

Endereço: Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº - São Tomé de Paripe. Salvador-BA. CEP: 40810-310.

Tel: (71) 3307-3353.

E-mail: gpnest.secom@marinha.mil.br

ESTAÇÃO RÁDIO DA MARINHA EM SALVADOR (ERMS)

(CNPJ: 00.394.502/0157-61)

Endereço: Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº - Morro do Toc-toc. São Tomé de Paripe. Salvador-BA. CEP: 40810-310.

<p>Tel: (71) 3307-3941. E-mail: npaguaratuba.secom@marinha.mil.br</p>
<p>SERVIÇO DE SINALIZAÇÃO NÁUTICA DO LESTE (SSN-2) (CNPJ: 00.394.502/0193-25) Endereço: Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº - São Tomé de Paripe. Salvador-BA. CEP: 40810-310. Tel: (71) 3307-3981. E-mail: sinest.secom@marinha.mil.br</p>
<p>NAVIO PATRULHA GRAVATAÍ (NPaGravataí) (CNPJ: 03.486.513/0001-42) Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº - São Tomé de Paripe - Salvador-BA. CEP: 40810-10. Tel: (71) 3307-3678. E-mail: npagravatai.secom@marinha.mil.br</p>
<p>NAVIO PATRULHA GUARATUBA (NPaGuaratuba) (CNPJ: 03.486.521/0001-99) Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº - São Tomé de Paripe. Salvador-BA. CEP: 40810-10. Tel: (71) 3307-3960. E-mail: npaguaratuba.secom@marinha.mil.br</p>
<p>CORVETA CABOCLO (CvCaboclo) (CNPJ: 00.394.502/0283-16) Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº - São Tomé de Paripe - Salvador-BA. CEP: 40810-310. Tel: (71) 3307-3951. E-mail: cvcaboclo.secom@marinha.mil.br</p>
<p>NAVIO VARREDOR ARATU (NVAratu) (CNPJ: 00.394.502/0214-94) Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº - São Tomé de Paripe - Salvador-BA. CEP: 40810-310. Tel: (71) 3307-3954. E-mail: nvaratu.secom@marinha.mil.br</p>
<p>NAVIO VARREDOR ATALAIA (NVAtalaia) (CNPJ: 00.394.502/0215-75) Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº - São Tomé de Paripe. Salvador-BA. CEP: 40810-310. Tel: (71) 3307-3956. E-mail: nvatalaia.secom@marinha.mil.br</p>
<p>NAVIO VARREDOR ARAÇATUBA (NVAraçatuba) (CNPJ: 00.394.502/0213-03) Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº - São Tomé de Paripe - Salvador-BA. CEP: 40810-310. Tel: (71) 3307-3757. E-mail: nvaraçatuba.secom@marinha.mil.br</p>
<p>NAVIO HIDROGRÁFICO BALIZADOR TENENTE BOANERGES (NHIBTenBoanerges) (CNPJ: 00.394.502/0257-24) Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº - São Tomé de Paripe - Salvador-BA. CEP: 40810-310. Tel: (71) 3307-3639. E-mail: nbtenboanerges.secom@marinha.mil.br</p>

ARACAJU-SE:**CAPITANIA DOS PORTOS DE SERGIPE (CPSE)**

(CNPJ: 00.394.502/0030-89)

Endereço: Av. Ivo Prado, 752, Bairro: São José. Aracaju-SE. CEP: 49015-070.

Tel: (79) 3711-1646.

E-mail: cpse.secom@marinha.mil.br

JUAZEIRO-BA:**CAPITANIA FLUVIAL DE JUAZEIRO (CFJ)**

(CNPJ: 00.394.502/0436-25)

Endereço: Av. José Petitinga, nº 606 - Santo Antônio. Juazeiro-BA. CEP: 48903-010.

Tel: (74) 3211-8800.

E-mail: cfj.secom@marinha.mil.br

BOM JESUS DA LAPA-BA:**AGÊNCIA FLUVIAL DE BOM JESUS DA LAPA (AgBJLapa)**

(CNPJ: 00.394.502/0353-63).

Endereço: Av. Almirante Berutti, s/nº - Centro. Bom Jesus da Lapa-BA. CEP: 47600-000.

Tel: (77) 3481-4126.

E-mail: agbjlapa.secom@marinha.mil.br

PORTO SEGURO-BA:**DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM PORTO SEGURO (DelPSeguro)**

(CNPJ: 00.394.502/0361-73)

Rua São Pedro, nº 195 - Centro. Porto Seguro-BA. CEP: 45810-000.

Tel: (73) 3421-2053

E-mail: delpseguro.secom@marinha.mil.br

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]
------------	---

X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)
Pregão Eletrônico nº 90019/2025/CeIMSa
MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Declaramos que:

- a) Nos preços ofertados, já estão considerados e inclusos os tributos, fretes, tarifas e todas as despesas decorrentes da execução do objeto, discriminados abaixo:
- b) A proposta possui validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da Sessão Pública estabelecida no Edital.
- c) Temos condições de atender às entregas dos itens conforme o prazo estipulado no Edital e seus Anexos.
- d) Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica a plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

1. Seguem as planilhas de preços devidamente preenchidas:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UF	QTDE.	VALOR OFERTADO	CUSTOS COM INSUMOS MATERIAL (A)	MÃO DE OBRA (B)	DESPESAS OPERACIONAL ADM (C)	TRIBUTOS (D)	LUCROS (E)	VALOR TOTAL (A+B+C+D+E)
VALOR TOTAL DOS ITENS				R\$						

Cidade/UF, em ____ / ____ / 2025.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
Identificação Completa

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)
Pregão Eletrônico nº 90019/2025 - CeIMSa

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Declaramos que:

- a) Nos preços ofertados, já estão considerados e inclusos os tributos, fretes, tarifas e todas as despesas decorrentes da execução do objeto.
- b) A proposta possui validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da Sessão Pública estabelecida no Edital.
- c) Temos condições de atender às entregas dos itens conforme o prazo estipulado no Edital e seus Anexos, ou seja, que o prazo para entrega será de, no máximo, dez dias corridos a contar do recebimento da Nota de Empenho ou assinatura do Contrato.
- d) Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica a plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

1. Seguem as planilhas de preços devidamente preenchidas:

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QTDE.	MARCA	PREÇO UNITÁRIO PROPOSTO (R\$)	PREÇO TOTAL PROPOSTO (R\$)
1						
...						
Valor total dos itens:				R\$		

Preço Unitário por extenso:

Preço Total por extenso (QTD*PU):

Legenda:

Item – indicar o número do Item de acordo com o constante do Termo de Referência (TR)

Descrição – discriminar cada item conforme as especificações técnicas do TR

UF – unidade de fornecimento conforme TR

QTDE – quantidade proposta

Preço Unitário Proposto – valor (em algarismos)

Preço Total Proposto – valor (em algarismos)

(Cidade/UF), em ____/____/2025.

REPRESENTANTE DA EMPRESA
Identificação

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**PROPONENTE:** _____**ENDEREÇO:** _____**CNPJ:** _____**TELEFONE:** _____

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **Pregão Eletrônico nº 90019/2025**, instaurado pelo **Processo Administrativo nº 62027.004506/2025-11**, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes, quando solicitadas como requisito para habilitação, e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, bem como da comprovação do registro do produto no órgão de vigilância sanitária competente, ou seja, na ANVISA.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13, DE 23 DE AGOSTO DE 2021, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, Em _____ de _____ de 2025.

(Local e data)

Nome: _____ .

RG/CPF: _____ .

Cargo: _____ .

(dados do representante legal do licitante, no âmbito da licitação)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA RESERVA DE CARGOS DESTINADOS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, REABILITADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E APRENDIZES

A (nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrita no CPF n.º _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso IV do art. 63¹, no inciso XVII do *caput* do art. 92² e no art. 116³, todos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, **que cumpre o atendimento da reserva de cargos destinados às pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes**, no percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e no art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT).

_____, em ____ de _____ de 2025.

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)

¹ Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

² Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

³ Art. 116. Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

Parágrafo único. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o *caput* deste artigo, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.